

combate

[#282] [Março a Maio 2005] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

O BLOCO COMO ALTERNATIVA SOCIALISTA

Francisco Louçã
e o guia de leitura
para a política de verão.

>> NA PÁGINA 3



Constituição: referendos na Europa >> a manipulação das campanhas institucionais

África: continente morto-vivo >> chegou o saque do século XXI e chama-se NEPAD

Feminismo: igualdade e sexualidade >> textos em debate no curso de formação marxista da APSR



FOTO DA CAPA: PAULETE MATOS

nesta edição:

3
**GUIA DE LEITURA
PARA A POLÍTICA DE VERÃO**
FRANCISCO LOUÇÃ

6
AŞ ELEIÇÕES DA HOMOFOBIA
SÉRGIO VITORINO

REFERENDOS NA EUROPA

9
**EM NOME DA EUROPA
NÃO A ESTA CONSTITUIÇÃO**
ALDA SOUSA

10
ESTADO ESPANHOL
VITÓRIA DE PIRRO DO “SIM”
G. BUSTER

14
FRANÇA
O GRANDE ENCONTRO
FRANCIS SITEL

18
CONGRESSO DO PSR
O BLOCO PARA DIRIGIR
A LUTA SOCIALISTA

24
CIDADANIA E IGUALDADE
BERTA ALVES

27
SEXUALIDADE E FEMINISMO
ANA CAMPOS

31
O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO
SEIS DÉCADAS DEPOIS
ANTÓNIO LOUÇÃ
E HEITOR DE SOUSA

36
ÁFRICA E A NEPAD
O CONTINENTE MORTO-VIVO
MAMADOU BA E NUNO MILAGRE

44
V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
NOVOS SUCESSOS, NOVOS DESAFIOS
HUGO DIAS

47
NEOCONS À CONQUISTA DO MUNDO
JOÃO ROMÃO

50
FILIPINAS
A LOUCA AMEAÇA DE ESTALINE
JOÃO CARLOS

**RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE FORMULÁRIO
(OU ESCRIBE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL
À ORDEM DE “COMBATE” PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA**

NOME: _____

MORADA: _____

CÓD. POSTAL/LOCAL: _____

TELEFONE/TELEMÓVEL: _____

EMAIL: _____

**ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL)
40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) | 45 EUROS (UE)
50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO)
EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS | 10 US DÓLARES**

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO **EDIÇÃO** CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS
COLABORARAM NESTE NÚMERO ALDA SOUSA, ANA CAMPOS, ANTÓNIO LOUÇÃ,
BERTA ALVES, CARLA CRUZ, CATARINA CARNEIRO DE SOUSA, FRANCISCO LOUÇÃ,
G. BUSTER, HEITOR DE SOUSA, HUGO DIAS, ISABEL CARVALHO, JOÃO CARLOS,
JOÃO ROMÃO, JORGE COSTA, JOSÉ FEITOR, LUÍS DA SILVA, MAMADOU BA, NUNO
COSTA, NUNO MILAGRE, NUNO NEVES, PAULETE MATOS, SÉRGIO VITORINO
IMPRESSÃO E ACABAMENTO TIPOGRAFIA SILVAS **PROPRIEDADE** FRANCISCO LOUÇÃ
ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO RUA DA PALMA, 268. 1100-394 LISBOA **TEL** 218864643
FAX 218882736 **E-CORREIO** REVISTA@COMBATE.INFO **PERIODICIDADE** TRIMESTRAL
REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL 107263 **ISNN** 0871-3596
OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL EDITADA PELO PSR, CORRENTE DE MILITANTES DO BLOCO DE ESQUERDA. COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES SOCIALISTA, LIBERTÁRIA E INTERNACIONALISTA DA ESQUERDA PORTUGUESA.

**TEXTOS EM DEBATE NO
CURSO DE FORMAÇÃO
MARXISTA DA APSR**



GUIA DE LEITURA PARA A POLÍTICA DE VERÃO

FRANCISCO LOUÇÃ*

**POUCAS SEMANAS DEPOIS DA
FORMAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO
PS COM MAIORIA ABSOLUTA, AINDA
SE SABE TANTO ACERCA
DO SEU PROGRAMA COMO DURANTE
A CAMPANHA ELEITORAL.
POR ISSO, VALE A PENA PASSARMOS
OS OLHOS PELOS PRINCIPAIS
PROBLEMAS QUE SE COLOCARÃO
NA POLÍTICA PORTUGUESA A
CURTO PRAZO, BEM COMO
AO BLOCO DE ESQUERDA.**

REFERENDO AO ABORTO CONTRA O ADIAMENTO

A realização – ou não – do referendo sobre o aborto até aos primeiros dias de Julho é um dos testes imediatos da nova maioria. As razões para o fazer são muito fortes.

Em primeiro lugar, é o momento. A sucessão de julgamentos de mulheres (agora em Setúbal) demonstra que não se pode adiar a solução do problema. Por outro lado, se não se fizer agora, só dentro de um ano e meio, dados os prazos legais decorrentes das eleições presidenciais.

Em segundo lugar, é o momento mais favorável. A questão está discutida, as eleições foram também uma forma de debate acerca da despenalização do aborto, o novo governo comprometeu-se com o referendo, a direita está enfraquecida e dividida – e Marques Mendes não se pode aliar ao CDS.

Em terceiro lugar, se não for feito o referendo agora, passará a decisão para o próximo presidente, que pode ser Cavaco Silva.



A incapacidade de escolher um programa de emprego
é a principal característica deste governo.
E será o principal tema da oposição do Bloco de Esquerda

A QUESTÃO DO EMPREGO CONTINUA A SER A QUESTÃO ESSENCIAL

O novo governo não assumiu nenhum compromisso sobre a política de emprego, excepto o apoio à criação de 2 mil postos de trabalho para jovens licenciados. Entretanto, continua a insistir na redução de 75 mil funcionários públicos em 4 anos.

Ora, as notícias económicas são, como se esperava, muito más. O défice rondará os 5% este ano, depois de ter ultrapassado os 6% nos anos anteriores. E, pior ainda, a recessão voltou a reinstalar-se, o que quer dizer que 2005 e possivelmente 2006 ainda serão anos de aumento de desemprego. Repare-se ainda que, mesmo quando vier a recuperação económica, isso pode não querer dizer mais emprego, dadas as deslocalizações que continuam – a última é a da Alcoa em Palmela, onde estão ameaçados mil postos de trabalho – e noutros casos a reconversão tecnológica que cria desemprego.

Nesse contexto, a incapacidade de escolher um programa de emprego é a principal característica deste governo. E será o principal tema da oposição do Bloco de Esquerda.

A discussão do Orçamento para 2006 é o momento des-

sa clarificação. Porque uma política de emprego deve estar concentrada na mudança da formação profissional, em políticas específicas para jovens licenciados, para deficientes, para desempregados de longa e longuíssima duração, assim como deve criar emprego nos sectores públicos onde falta (médicos e enfermeiros, educadores de infância, lares de terceira idade, sistema fiscal, protecção florestal) e apoiar a criação de emprego nas empresas.

Nesse sentido, são imperativas duas medidas de fundo: revogar o Código do Trabalho e substituí-lo por uma nova lei, e legalizar os imigrantes.

O SECTARISMO DEVE SER VENCIDO NA ESQUERDA PORTUGUESA

Uma questão nova na agenda política portuguesa é a questão do sectarismo, em particular da violência verbal do PCP contra os outros partidos de esquerda e muito em particular contra o Bloco.

Sabemos qual a razão desta violência, que leva Jerónimo de Sousa a atacar o Bloco em todas as suas intervenções, que transforma o Avante num repositório de insultos, e que leva mesmo os quadros do PCP a assobiarem o Bloco nos comícios

DOZE TESES DA MOÇÃO “O BLOCO COMO

TESE 1: A política mundial está marcada pela segunda vitória de George W. Bush, que representa a força do partido da guerra e garante o predomínio militar e político da Casa Branca no sistema imperial. A vitória nas eleições presidenciais norte-americanas é o sinal para novas ofensivas reaccionárias em todos os domínios da vida social.

TESE 2: A política da “guerra infinita” é a condição da liderança mundial do império mais poderoso da história. E o neo-liberalismo é a expressão do capitalismo realmente existente, impondo a apropriação mercantil do trabalho, da vida, da cultura e do ambiente. A sua prioridade é garantir novos lucros através da renda da privatização dos serviços e bens públicos. Esta é a forma mais agressiva do capitalismo, e é irreformável.

TESE 3: A globalização neo-liberal é um regime social repressivo, discriminatório, xenófobo e anti-democrático, que tem a sua expressão no Arquipélago Guantanamo. Só uma esquerda anti-capitalista global pode enfrentar o partido da guerra e da exploração.

TESE 4: O nascimento do partido da paz contra a guerra do Iraque foi a maior mudança política mundial do início do século. A construção de uma esquerda global é uma prioridade e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

TESE 5: O custo social da crise na Europa é inaceitável: 20 milhões de desempregados, 70 milhões de pobres e milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. A Europa do Directório é uma União contra a própria ideia de Europa.

TESE 6: Se for aprovado, o Tratado Constitucional europeu consumará a deriva anti-social das instituições europeias e blindará o futuro. No referendo e nas alianças na esquerda europeia, o Bloco bate-se pela sua rejeição. Porque queremos uma Constituição que nasça da democracia e de um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

TESE 7: A emergência do populismo é um sintoma da crise de hegemonia das classes dominantes nos EUA e na Europa. Em Portugal, o fracasso do populismo, que culminou o período da

– esta política sectária não era conhecida em Portugal nos últimos anos.

Há uma razão para isso. O Bloco teve mais votos do que o PCP nas quatro maiores cidades do país, Lisboa, Porto, Gaia e Sintra; ultrapassou o PCP em distritos como Aveiro (onde era candidata Ilda Figueiredo), Coimbra, Faro. Em Setúbal, o principal bastião do PCP, passou-se de 4 deputados do PC e zero do Bloco para 3 a 2. O sectarismo é a resposta de Jerónimo ao crescimento do Bloco.

E o sectarismo tem uma ampla tradição na esquerda portuguesa, em particular devido ao fracasso da estratégia histórica do PCP, que procurava constituir um partido operário a que se subordinasse toda a classe, e que hierarquicamente dirigiria o movimento sindical, o movimento de mulheres, de jovens, de reformados, da cultura, e ainda os seus aliados pequeno-burgueses. Essa estratégia falhou. E havendo outro partido que representa uma parte importante dos trabalhadores, e mais ainda sendo recusada a visão hierárquica da política de esquerda, o PCP vai-se isolando e são reforçados os seus traços afirmativos – partidarização das iniciativas sindicais, etc.

O sectarismo só será vencido no debate político e na transformação da esquerda.

CONVENÇÃO PARA CLARIFICAR O SENTIDO ESTRATÉGICO DO BLOCO

A Convenção do Bloco tem três grandes debates.

O primeiro é sobre a política: depois de ter tido 365 mil votos e constituindo uma força significativa no movimento

popular, o Bloco discute como se propõe disputar a direcção da luta política no país, e como apresenta alternativas consistentes. Uma força de oposição que durante quatro anos se procura consolidar como alternativa visível para a massa dos trabalhadores.

O segundo é sobre tática. Existem duas moções alternativas, na sequência das mesmas moções da convenção anterior, uma prolongando a maioria actual do Bloco e outra representando uma parte da minoria anterior, embora não na sua totalidade. Esta corrente não apresenta nenhuma proposta política, embora os seus signatários tenham defendido oralmente em assembleias no Porto e em Leiria a necessidade de coligações com o PS. Essa posição é rejeitada pela maioria.

Em terceiro lugar está a discussão mais importante, que é sobre estratégia, e em particular sobre o Bloco como disputa da direcção da esquerda portuguesa. Esse debate não está ainda explícito, mas é e será o mais importante, em particular para vencer as tradições grupusculares que derivam de alguma memória da extrema-esquerda dos anos 70 ou de experiências políticas como a brasileira que são intransponíveis para Portugal. Uma corrente interna do Bloco, o Ruptura, é a que se define com mais ambiguidade desse ponto de vista, persistindo em considerar que o Bloco é um movimento episódico para a esquerda e que se pode justificar a prazo outra alternativa diferente. Essa clarificação de rumos é indispensável, porque não há partilha de responsabilidades, lealdade dos militantes e coerência programática se não existir clareza sobre a função estratégica do Bloco.

* Francisco Louçã é deputado do Bloco de Esquerda e primeiro subscritor da Moção

"O Bloco como Alternativa Socialista" para a IV Convenção do Bloco. francisco@combate.info



ALTERNATIVA SOCIALISTA”

decadência, desagregação e colapso da maioria PSD-PP, deu lugar a nova eleição e à formação do governo PS com maioria absoluta.

TESE 8: Depois de uma longa fase de modernização conservadora, de Cavaco Silva a António Guterres, predominou a ofensiva liberal, que agravou a injustiça fiscal, acentuou a precarização do trabalho e clandestinizou os imigrantes, ao mesmo tempo que manteve o ritual de humilhação das mulheres por via dos julgamentos por aborto. A nova maioria absoluta PS promete o continuismo nas políticas económicas e financeiras e não a mudança que é necessária.

TESE 9: O Bloco de Esquerda é uma força anti-capitalista com crescente expressão social em Portugal. A nova esquerda é uma força emancipatória contra a exploração do trabalho, a desigualdade e as discriminações sociais e de género e a pilhagem dos recursos públicos.

TESE 10: O objectivo estratégico do Bloco de Esquerda é a luta pelo socialismo, e este exige a conquista da maioria social

através de uma profunda modernização e recomposição no campo popular da esquerda.

TESE 11: O Bloco disputará as eleições municipais promovendo a apresentação de candidaturas de alternativa que sejam portadoras de propostas estratégicas para a vida nas cidades e para o desenvolvimento do mundo rural. Nas eleições presidenciais o Bloco promoverá uma candidatura própria, para alargar a clarificação na esquerda e a discussão acerca das grandes opções de futuro sobre o modelo de desenvolvimento e as políticas europeias.

TESE 12: A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. Eis a tarefa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizada e eficiente, que responda à participação de milhares de novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.



AS ELEIÇÕES DA HOMOFOBIA

SÉRGIO VITORINO*

ILUSTRAÇÃO DE CATARINA CARNEIRO DE SOUSA

A CAMPANHA SUJA LANÇADA PELO POPULISMO DECADENTE DA DIREITA NÃO TEVE SUCESSO NAS URNAS, MAS LANÇOU NA OPINIÃO PÚBLICA O DEBATE SOBRE A HOMOFOBIA. À ESQUERDA, TODOS OS PROGRAMAS INCLUÍRAM O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. POUCOS CONCRETIZARAM A IDEIA.

SANTANA, o homem que dava voltas aos resultados antecipadamente perdidos, desta vez perdeu mesmo, e com ele uma campanha repleta dos mesmos enganos e disparates, dos mesmos ressabiados e populismo atroz e trauliteiro a que nos vínhamos habituando no governo desde Durão Barroso.

No jogo de Santana, acossado por um país que não o queria mas que estava enganado, tudo valeu. Mesmo usar sem pudor um dos mais enraizados e prejudiciais entre os preconceitos tradicionais da mentalidade portuguesa, a homofobia. Mas este foi provavelmente um dos maiores enganos do candidato laranja no delinear da sua estratégia eleitoral.

O preconceito que empurra para a clandestinidade as vivências homossexuais, é o mesmo que quer que elas lá continuem, e que disso não se fale. Mais, na homofobia à portuguesa tem maior importância o que se parece do que aquilo que se é

Variadas razões aconselhariam a escolha da homofobia, e pouco importa se nesta escolha pesou algum eventual fundo de verdade quanto à vida sexual de José Sócrates: a homossexualidade ainda é do universo do não-dito, permitindo todas as insinuações não-assumidas: que se diga sem se dizer, que se acuse sem se acusar, que “toda a gente saiba” mesmo que não se saiba, terreno ideal para uma política pantanosa de acusações pessoais mais ou menos veladas; por outro lado, a homofobia é, sem dúvida, um preconceito profundamente enraizado entre nós, assim o quer a direita, e faz por isso: lógico será que possa ajudar a determinar votos; finalmente, a homofobia é um campo em que as vozes que habitualmente se fazem ouvir contra expressões de ideias discriminatórias se indignam menos e com menor empenho.

Na verdade, quem imaginou até onde podia ir a falta de vergonha do populismo, e quem quis ver ou soube ler os sinais homofóbicos da pré-campanha (o boato, as pichagens homofóbicas de outdoors do PS...), não recebeu como surpresa as insinuações de Santana sobre os pretensos “colos” do candidato socialista, nem se espantou com o facto de a homossexualidade se ter tornado numa arma eleitoral e os direitos dos homossexuais, a contra-corrente do costume, num “tema de campanha”. Pena que por esta via: Santana brandindo o fantasma do casamento gay como motivo para não se votar no PS, o PS contestando que só vai aprofundar a lei das uniões de facto, o que aliás era também a posição do PSD.

Mas foram vários os erros de cálculo da estratégia laranja. Era evidente, em plena campanha eleitoral, que insinuações homofóbicas não iriam passar em claro na opinião pública. Nem sequer é especialmente por haver hoje mais atenção ao tema, que até há, mas porque era evidente que em campanha, um ataque deste nível teria uma resposta igualmente agressiva, sendo conotado com “baixa política”.

Não deixou de ser curioso, porém, verificar quantos novos arautos da não-discriminação surgiram em defesa de Sócrates, na defesa do direito à privacidade mas fugindo ao debate dos direitos homossexuais pela sua “dimensão privada”, confundindo o “direito ao íntimo” com a imposição da clandestinidade social a que a homossexualidade é votada. Quase

tantos como os novos “combatentes anti-homofobia”, muitos vindos directamente da homofobia mais explícita (e para lá voltaram), surgidos dos quatro cantos das colunas mediáticas para insultar Francisco Louçã a propósito de um comentário triste mas que de homofóbico só teve a interpretação de muitos dos seus próprios críticos, na presunção da orientação sexual de Paulo Portas. Mesmo nas raias do associativismo lgbt, e sobretudo entre activistas ligados ao PCP, foram muito mais imediatas e violentas as reacções contra a expressão de Louçã do que as que se vieram a verificar contra Santana e Portas no decorrer da campanha.

PARECER E SER

Voltando aos erros de cálculo, o preconceito que empurra para a clandestinidade as vivências homossexuais, é o mesmo que quer que elas lá continuem, e que disso não se fale. Mais, na homofobia à portuguesa tem maior importância o que se parece do que aquilo que se é: a “tolerância”, esse termo de dois bicos, mantém o seu verniz desde que não se pareça. Como muitos homossexuais que mantêm uma vida de aparência, casados e com filhos, mais depressa Sócrates seria penalizado por assumir, ou por qualquer gesto típico daqueles que o preconceito atribui aos homossexuais, do que por realmente ser ou deixar de ser homossexual. Na verdade, ninguém quer saber (a não ser talvez o público das revistas cor de rosa).

Escolha perfeita, a homofobia, não seria a ignorância extrema da direita, que à força de reforçar a homofobia, falhou a oportunidade de compreender a sua complexidade. Estas foram provavelmente as primeiras legislativas em que entre os programas e as afirmações dos cabeças de lista, se definiram formalmente e com clareza dois campos distintos relativamente à homofobia: um que a defende, e outro que a combate, ainda que nalguns casos apenas com “boas intenções”.

Facto é que, à esquerda, pela primeira vez, todos os programas eleitorais referiam o combate à discriminação, embora só o do Bloco de Esquerda fosse para além de uma frase isolada para propor medidas concretas nesse sentido. O Bloco estreou, aliás, nestas eleições, os seus primeiros materiais de campanha especificamente sobre temas lgbt.

Vivemos num país em que bandos de homens de família se organizam com a cumplicidade das forças policiais para efectuar expedições nocturnas à procura de homossexuais para espancar e torturar

UM PASSO À FRENTE

Desfeita a estratégia do preconceito, o que resulta desta campanha – e da nova situação política – para o movimento lésbico, gay, bi e trans (lgbt)? Há que registar, em primeiro lugar, que esta foi a campanha eleitoral em que as associações da área estiveram mais atentas e menos passivas. Sem especificar orientações de voto, a maioria das associações e colectivos lgbt comparou programas e atitudes para tentar “informar” um voto lgbt, e invariavelmente as conclusões apontaram um dedo acusador à direita.

Mesmo faltando ainda uma consciência colectiva como a que subsiste ao “voto rosa” no Estado Espanhol, o debate sobre o voto dever ou não ser influenciado pela orientação sexual de cada um/a foi extremamente acalorado, com alguma gente a contestar que o voto deve ser inteiramente desligado da nossa vida íntima – “só porque sou lésbica tenho que votar na esquerda?”, lia-se num blog – e outras que respondiam que tal atitude correspondia a apagar da decisão de voto as atitudes dos partidos face à discriminação. O debate existe, e é novidade. Não volta atrás.

Por outro lado, recuperadas dos retrocessos graves provocados pelos ataques anti-homossexuais desferidos a coberto do escândalo da Casa Pia, e com uma confiança renovada – para a qual contribuiu muito o processo do Fórum Social Português – regista-se uma nova capacidade de iniciativa por parte destas associações. Desenham-se agendas e campanhas próprias contra a discriminação, como que a provar outro engano da direita de Santana: é que no que toca à homofobia, existe já uma relação de forças em Portugal, e não apenas, como há bem poucos anos, o lado da norma dominante.

Vivemos num país em que bandos de homens de família se organizam com a cumplicidade das forças policiais para efectuar expedições nocturnas à procura de homossexuais para espancar e torturar (vejam-se as notícias recentes sobre um caso desta natureza em Viseu, sobre o qual o BE já tomou posição). Mas o ódio sempre existiu, e a novidade é que as situações cada vez se calam menos e ele torna-se visível, logo, passível de ser combatido com mais eficácia.

CASAMENTO OU SÓ O CASAMENTO?

Entre os altos e baixos das associações, dos reality shows, da homofobia emplumada de um José Castelo Branco, da visibilidade progressiva das vivências fora da norma, da humorização televisiva (e abusiva) da homossexualidade e do

transformismo nas televisões através de Nelos e Pilitas, a verdade é que as coisas foram mudando, mesmo sem uma evolução significativa da consciência de uma comunidade lgbt. Também por isso, é natural que finde o período de anos a fio em que o movimento era arrastado pela necessidade de apagar os fogos da agenda imposta pelos partidos políticos. O que não significa que não existam sequelas.

Quando entre 1998 e 2001 a Juventude Socialista se afundou na embrulhada por ela própria criada à volta das União de Facto, deu, sem saber, o mote para o debate actual à volta das reivindicações do movimento. Ao contrário do Estado Espanhol, onde a reivindicação do direito ao casamento homossexual era brandida há duas décadas, em Portugal, a iniciativa própria e diletante da JS, sem qualquer consulta às associações lgbt, forçou as associações a concentrarem-se, por três anos, num tema que se tornou central, porque criava debate sobre homossexualidade onde não havia quase nenhum.

Hoje, para os partidos da alternância (mesmo que esta tenha saído abalada à direita), as União de Facto são uma moeda de troca para não se admitir falar de casamento, facto que reconhece, por si, de que lado passou a estar a iniciativa política. Já se desenha, porém, entre os colectivos lgbt, justamente convencidos de que não levarão quase nada da presente legislatura, um debate estratégico algo enganador entre quem defende a bandeira do casamento como uma alteração simbólica de primeira linha, capaz de mudar – ou pelo menos ferir – mentalidades, e quem sustenta que para isso é cedo, e que o grau de homofobia popular exige antes que se comece pela educação e pela visibilização da discriminação.

O engano está em colocar em alternativa as duas lutas. Nos últimos anos, o activismo lgbt diversificou-se e especificou-se em áreas de actuação, e assim se tornou mais concreto nos projectos que vai desenvolvendo. Essa diversidade auto-complementa-se. Reivindicar o casamento também visibiliza a discriminação – a formal – e também combate fenómenos como o de Viseu. Ao mesmo tempo, porque necessita de base social, o movimento lgbt não pode deixar de meter as mãos no terreno, educar mentalidades longe do glamour do frequentemente mal-agradecido “comercial gay urbano”, e chegar ao interior do país, onde se jogam os casos mais graves de homofobia, logo, as mais fortes motivações para lutar.

* Sérgio Vitorino é activista do movimento Panteras Rosa
sergiovitorino@combate.info

EM NOME DA EUROPA NÃO A ESTA CONSTITUIÇÃO

ALDA SOUSA *

OS ARTIGOS que se seguem ilustram de forma clara a fragilidade do processo de ratificação do tratado que institui uma Constituição para a Europa: um SIM vencedor no Estado Espanhol mas que afinal apenas representa 31% da população; ou, como em França, um dos países chave da construção Europeia (afinal este Tratado acabou por ser quase unipessoal e redigido pelo ex-presidente Giscard d'Estaing) se tornou possível um imenso movimento de opinião que, de acordo com todas as sondagens em meados de Abril, dará provavelmente a vitória ao NÃO. É certo que nas urnas também se expressará o voto NÃO de uma extrema direita xenófoba (Le Pen). Mas é o peso das razões sociais que será determinante nesse NÃO, uma vez que a Constituição representa um retrocesso evidente em relação a direitos já adquiridos.

Se o NÃO vencer no referendo francês de 29 de Maio, abre-se uma nova etapa que vai obrigar à renegociação do tratado e à sua re-elaboração. É a factura que terão de pagar os que pensaram que podiam construir a Europa de cima para baixo, com total desprezo pela opinião dos europeus, sem processo constituinte e numa clara submissão às políticas neo-liberais ditadas por Washington.

E NO NOSSO PAÍS?

Por cá o debate está terrivelmente atrasado. Quase a chegarmos aos 20 anos de adesão à UE, a Europa é ainda para muitos uma entidade distante. O lugar para onde muitos portugueses e portuguesas tiveram de emigrar a partir dos anos 50 e 60, mas que aí conseguiram “juntar dinheiro” e enviar as suas poupanças. Ou então aquela espécie de “vaca leiteira” de onde vieram fundos estruturais desde 1986 e que serviram para construir auto-estradas, para fazer cursos de formação (muitos deles com aproveitamento duvidoso dos fundos) e que geraram dependência. O modelo de modernização conservadora que tem sido seguido pelos sucessivos governos em Portugal encaixa à maravilha nesta dependência e nesta subserviência. E agora muita gente tem medo que com o alargamento e com o fim à vista do prazo para os fundos estruturais, a sua vida venha a piorar.

Mas, para além desse sentimento um pouco disseminado, o debate em Portugal está praticamente por fazer. Desde sempre o Bloco Central (que acha que o SIM está à partida garantido) procurou bloquear o debate. Em 1992 recusou aos portugueses a possibilidade de se pronunciarem nas urnas sobre a assinatura do tratado de Maastricht. Mas que espanto afinal que as eleições europeias tenham sempre uma tão elevada abstenção!

Se até hoje o debate era inoportuno para os partidários do SIM, agora irão certamente tentar “dramatizar” a questão. Aqui, é preciso ser muito claro: dizer NÃO ao tratado não significa sair da UE, mas tão simplesmente dar passos no sentido de uma refundação democrática e social da Europa.

Para o Bloco a questão da Europa está no “código genético”. A sua fundação respondeu à necessidade de criar em Portugal uma corrente europeísta de esquerda capaz de ser alternativa às outras esquerdas - uma que aceita incondicionalmente o tratado (PS), outra que o rejeita em nome de um nacionalismo retrógrado (PCP). É em nome dessa coerência que votámos contra o tratado no Parlamento Europeu e que na Assembleia da República já por várias vezes fizemos agendamentos potestativos ou debates de urgência para que o processo referendário avance em Portugal.

O NÃO ao tratado é a condição para o progresso da Europa. Por isso esta campanha pelo NÃO constitui um aspecto importantíssimo da nossa política e da nossa actividade. Boa parte da clarificação política e da construção de uma nova esquerda socialista passa pela posição em relação a este tratado, ao que ele significa e aos diferentes modos de encarar a construção Europeia. É por isso para nós um imenso desafio e uma enorme responsabilidade. Desde logo, batalhar para que o referendo ao tratado não se faça no mesmo dia das eleições autárquicas como quer o PS, nem aceitar que o referendo europeu possa ser usado como moeda de troca para o referendo sobre o aborto, como quer Marques Mendes.

Faremos campanha pelo NÃO porque a arquitectura institucional proposta aprofunda o défice democrático - propomos um sistema em que o poder legislativo resida num sistema parlamentar em duas câmaras de eleição directa. E porque propomos, à escala europeia, a convergência das políticas económicas, fiscais e orçamentais para a criação de emprego e de qualificações, que permitam avançar na direcção de um sistema de protecção social a nível europeu.

Queremos a consagração de uma Europa de cidadania cosmopolita e sabemos que não estamos isolados. Por toda a Europa, diferentes partidos de esquerda (i. o Partido da Esquerda Europeia) e movimentos sociais farão campanhas semelhantes. Será importante trocar experiências e concretizar acções conjuntas. Em suma, faremos campanha pelo NÃO em nome da Europa, de uma outra Europa.

* Alda Sousa é dirigente do Bloco de Esquerda aldasousa@combate.info

REFERENDO NO E. ESPANHOL

VITÓRIA

DE PIRRO

DO “SIM”

G. BÚSTER*

ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ FEITOR

O PRIMEIRO REFERENDO AO TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU NUM ESTADO MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA (UE) FOI O REALIZADO NO ESTADO ESPANHOL NO PASSADO DIA 20 DE FEVEREIRO. O RESULTADO FOI UMA AUTÊNTICA VITÓRIA DE PIRRO QUE VEIO REFORÇAR A TENDÊNCIA, CONSTATADA NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU (PE), DE ABSTENÇÃO E CRESCIMENTO DAS FORÇAS MAIS CRÍTICAS AO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO NEOLIBERAL DA UE.

A CRISE de legitimidade deste projecto, que procura com os referendos estabelecer as bases do novo consenso para as políticas neoliberais lançadas desde Bruxelas, fica bem patente no parco 31% do eleitorado que disse SIM.

“OS PRIMEIROS NA EUROPA”: UMA CAMPANHA ELEITORAL MANIPULADA

Nove meses depois da vitória eleitoral do novo governo do PSOE, o referendo procurava um êxito político do filho pródigo da “velha Europa” que rentabilizasse a reincorporação de Espanha no eixo franco-alemão. O governo Zapatero pensava que o europeísmo forte do eleitorado espanhol, produto da identificação da luta contra o franquismo com a integração na Comunidade Europeia, tornaria fácil o sucesso do referendo. A maior parte das forças políticas estava a favor do SIM, entre as quais os dois grandes partidos com representação estatal (PSOE e PP), e os dois maiores partidos da direita nacionalista catalã e basca (CiU e PNV). Juntos, tiveram quase 14 milhões de votos nas legislativas de 2004. O lado do NÃO era apenas defendido pela Izquierda Unida (IU) a nível estatal e pelas esquerdas nacionalistas catalãs, galegas e bascas (ERC, BNG, EA e Batasuna), tudo junto somando 1,2 milhões de votos nessas eleições do ano passado.



Com uma taxa de participação habitual superior aos 60%, apesar dos 45% de participação nas europeias de 2004, o governo Zapatero “vendeu” na Europa a ideia de que um primeiro SIM em Espanha teria o efeito de bola de neve no resto da UE, facilitando a campanha favorável à aprovação do Tratado Constitucional em estados membros em princípio muito mais problemáticos, como a França, a República Checa, Polónia ou Grã-Bretanha. A nível europeu isso consolidaria a integração de Espanha no eixo franco-alemão, justamente em vésperas da abertura de negociações sobre as perspectivas financeiras 2007-2012 da UE, e assim hipoteticamente reforçava a sua posição negocial. A nível interno, o êxito do SIM seria aproveitado por completo pelo governo do PSOE, fazendo frente por um lado a um PP dominado pelo atlantismo pró-Bush do anterior governo Aznar e pelo desejo de desforra pela derrota eleitoral de 14 de Março de 2004, e por outro ante uns aliados parlamentares da esquerda (IU e ERC) cujas pressões causam por vezes incómodo e que faziam campanha pelo NÃO.

Esta sensação de segurança rapidamente se transformou em prepotência. O governo concebeu a campanha mais curta possível que a lei permite e evitando debates com os partidários do NÃO. A recusa do PP em reformar a lei do referendo

impossibilitou o financiamento público da campanha, numa altura em que havia partidos ainda fortemente endividados pelas campanhas eleitorais de 2004. Na prática, isto traduzia-se na campanha real ser a campanha institucional, que começou quase dois meses antes da campanha propriamente dita. As pressões da IU e ERC para obter fundos resultaram em promessas que não se cumpriram. E a campanha de explicação institucional do Tratado Constitucional foi descaradamente uma campanha pelo SIM à Europa em agradecimento pelos abundantes fundos estruturais recebidos, que representavam quase 1% do PIB anual nos anos 90.

A IU denunciou à Comissão eleitoral esta campanha institucional. E ela decidiu, num caso sem precedentes, dar-lhe razão e mandou retirar os materiais de propaganda e anúncios na TV com o slogan “Os Primeiros na Europa”. Mas a desproporção dos meios ainda ficou mais evidente quando começou a campanha legal e os partidos defensores do NÃO puderam enfim começar os seus comícios, enquanto continuava uma campanha institucional claramente voltada a favor do SIM.

O próprio Zapatero disse que para votar SIM não era preciso ler o Tratado Constitucional, cujo texto incompleto foi

Na prática, cada uma das forças a favor do NÃO fez a sua própria campanha em comícios separados. Esta falta de unidade foi decisiva ao dar uma ampla margem ao governo Zapatero para ignorar as campanhas do NÃO e evitar qualquer debate através do controlo da campanha institucional

repartido com os diários ao domingo, em 6 milhões de exemplares.

A CAMPANHA DIFÍCIL DO NÃO

Entretanto, a campanha pelo NÃO teve dificuldades de arranque por causa das suas contradições internas.

A posição clara em favor do SIM das direcções das duas centrais sindicais (CCOO e UGT) limitou não só a campanha do NÃO nas empresas, mas também teve efeitos paralisantes na IU. De facto, a direcção da IU tinha já há alguns meses manifestado intenção de optar pelo SIM crítico, à semelhança da maioria sindical, e foi assim que votaram 3 dos seus 4 eurodeputados em Estrasburgo. Mas a campanha favorável ao NÃO protagonizada pela esquerda alternativa no interior da IU foi progressivamente ganhando terreno até chegar à maioria cinco meses antes do referendo.

Dizem todas as sondagens que o eleitorado da IU é proporcionalmente o mais europeísta de todos os partidos. Um europeísmo fortemente ligado à imagem do progresso democrático europeu e à luta contra o franquismo. Qualquer campanha pelo NÃO passava por convencer o próprio eleitorado da IU que outro modelo de construção europeia era possível. Não era suficiente a denúncia ideológica dos males do neoliberalismo. Faltava trazer ao debate alternativas credíveis e argumentos fortes para enfrentar as direcções sindicais e a parte significativa da direcção da IU que lhe estava ligada. E o mesmo acontecia na Iniciativa per Catalunya-Verds (IC-V), o aliado da IU na Catalunha, dividida ao meio entre os partidários do SIM, sobretudo os sectores sindicais, e o NÃO, os jovens ligados ao movimento anti-globalização.

Neste sentido, a campanha de um sector da extrema esquerda não ajudou muito. Utilizou o NÃO como um factor de divisão ideológica e propagandista da própria esquerda. Em vez de abrir um debate com a maioria sindical e a minoria importante da IU e IC-V, limitou-se a denunciar como “traidores” os partidários do SIM crítico, sem fazer nenhuma ponte para mobilizações conjuntas ou debates. Na altura de construir uma plataforma estatal pelo NÃO, esqueceu-se de convidar a direcção dessas duas forças, para não falar da ERC ou do BNG. Em vez de uma política de “frente única” pelo NÃO, fez a campanha como uma luta contra a direcção maioritária da IU, acusando-a de ambiguidade, para construir um hipotético “bloco anti-capitalista”.

As forças nacionalistas de esquerda centraram as campanhas na questão dos povos sem estado do Tratado Constitu-

cional, simbolizada na ausência do catalão, basco e galego na lista das línguas oficiais da UE, mais do que na crítica às políticas neoliberais da UE.

Na prática, cada uma das forças a favor do NÃO fez a sua própria campanha em comícios separados. Apenas as manifestações de Barcelona e Bilbao, com dezenas de milhar de pessoas, permitiram somar esforços. Esta falta de unidade foi decisiva ao dar uma ampla margem ao governo Zapatero para ignorar as campanhas do NÃO e evitar qualquer debate através do controlo da campanha institucional.

AS CONTRADIÇÕES DA DIREITA

No campo do SIM as contradições também abundavam, sobretudo no PP. O ex-primeiro-ministro Aznar não deixava de denunciar o resultado da repartição de votos que vem expressa no Tratado como uma perda de peso da Espanha na UE. Os socialistas tinham perdido o que ele ganhara no Tratado de Nice. E apesar de defender o SIM, “compreendia perfeitamente” quem se abstivesse. Com isso, o novo candidato do PP, Mariano Rajoy, teve de fazer uma campanha defensiva pelo SIM, acusando Zapatero ao mesmo tempo de querer os louros do referendo só para ele e responsabilizando-o pela abstenção. Uma mensagem que, na prática, e apesar do apelo ao voto SIM, foi lida também como um apelo indirecto à abstenção para castigar o governo Zapatero e a “velha Europa”, que previsivelmente ia cortar nos fundos estruturais a partir de 2007.

As direitas nacionalistas (CiU e PNV), com uma forte pressão das esquerdas nacionalistas (ERC, Batasuna e BNG), tiveram muitos problemas em justificar o seu SIM, sobretudo com a polémica sobre a questão das línguas. O governo Zapatero teve de se esforçar bastante e fez mesmo chegar à UE uma proposta para garantir o direito dos cidadãos e exercer o seu direito de petição às instituições comunitárias redigido em basco, catalão ou galego, e naturalmente obrigando estas a responder na mesma língua. Uma proposta que ainda está em debate nos corredores de Bruxelas, mas que já serviu a Zapatero para marcar pontos na relação com os sectores nacionalistas. E que, no imediato, serviu para evitar a sangria de apoios em direcção ao NÃO da maior parte da direita catalã (CiU) e do PNV, cuja direcção estava dividida ao meio.

OS RESULTADOS DO REFERENDO

Os resultados do referendo reflectiram com grande exactidão estas contradições. 57,68% de votantes ficaram em casa naquele dia 20 de Fevereiro. Menos de 5% do eleitorado tinha admitido em sondagens ter lido ou ter conhecimentos bási-

Com o SIM vitorioso com uns esmagadores 76,73%, Zapatero apressou-se a chegar à Assembleia francesa para comunicar o sucesso e colaborar na campanha de um PS francês dividido, mesmo no coração da UE e do eixo franco-alemão

cos sobre o Tratado. E apesar dos apelos governamentais ao exemplo de europeísmo, não quiseram passar um cheque em branco.

A alta taxa de abstenção pôs o governo Zapatero numa posição nada agradável. Assumidamente, o seu sucesso dependia de superar os 45,14% de participação nas europeias de 2004. Mas ficou três pontos abaixo. Afundar-se-ia com uma participação inferior a 40%. O facto de o êxito ou o fracasso do governo dependerem da oscilação de apenas 5% na participação eleitoral mostra bem até que conseguiu construir na opinião pública os parâmetros com que viria a ser julgado nas urnas.

E o SIM obteve uma vitória “esmagadora” de 76,49%, que em termos reais significa 31% do eleitorado. Triste número para dar legitimidade política à tão desejada Constituição Europeia. Se o referendo fosse obrigatório e não consultivo, como na Itália, a lei exigiria uma participação mínima de 50% +1 dos eleitores. Somando os votos, os partidos que defenderam o SIM tiveram meses antes 13.933.120 votos. Agora ficaram-se pelos 10.804.464.

O NÃO teve 17,24% dos votos. O voto em branco, que teve eco nalguma campanha crítica, conseguiu 6,03%. Mas os resultados do NÃO, tal como os da abstenção, foram especialmente altos no País Basco (33,66%); Navarra (29,22%); Catalunha (28,07%) e superiores à média em Madrid (19,39%). Em Março de 2004, os partidos defensores do NÃO (incluindo os votos em branco da ilegalizada Batasuna) somavam 1.123.845 votos. Agora o NÃO somou 2.428.409 votos.

OS VOTOS DO NÃO E A EXPLICAÇÃO DO GOVERNO

O PP felicitou-se pela vitória do SIM, mas logo acusou o governo Zapatero, como se previa, pela escassa participação. Por sua vez, este respondeu com números a demonstrar que mais de 50% dos eleitores do PP se tinham absterido e que nos bairros onde a direita é predominante o NÃO conseguiu por vezes chegar aos 30%.

E foi com este argumento que procurou desvalorizar os resultados importantes conseguidos pelo NÃO, evitando assim que os seus aliados parlamentares, IU e ERC, pudessem aproveitar-se dos resultados para pressionar o governo pela esquerda. Os exemplos dos bairros ricos de Madrid (Salamanca e Chamberí), com os seus 30% de NÃO, eram dificilmente assimiláveis pela esquerda. Mas só contavam umas dezenas de milhar de votantes. Todavia, uma sondagem posterior da rádio SER, indicava que 800 mil votantes do NÃO vinham

efectivamente do PP; 350 mil do PSOE, 650 mil da IU; 350 mil da ERC e outros 275 mil de nacionalistas de esquerda.

De acordo com estas sondagens, a IU perdera 330 mil votos a favor do SIM crítico defendido pelos sindicatos maioritários. Mas ganhara ao mesmo tempo 350 mil eleitores do PSOE. Quer dizer que a IU (e a sua aliada catalã IC-V) podia reivindicar uns 7% ou 8% do eleitorado, o que representaria uma subida entre 2 a 3 pontos em relação ao último resultado eleitoral. E a ERC mostrava novamente ser capaz de mobilizar todo o seu eleitorado. Mas quase um terço dos votos do NÃO veio de uma direita extremista, cada vez mais parecida com a francesa de Le Pen, mas que se mantém ainda no seio do PP, onde corresponderia a 16,64% do seu eleitorado.

A direcção da IU, acossada à direita pelo PSOE e pelos sectores do SIM crítico dentro da organização, saiu ao ataque no rescaldo eleitoral, atribuindo-se a ela própria toda a colheita de votos do NÃO anti-neoliberal e a sua gestão política, quando era evidente o contrário, já que para esse NÃO contribuíram em muito os nacionalistas de esquerda. Mesmo que o objectivo imediato fosse recuperar a unidade interna com os sectores sindicais do SIM crítico, a IU tinha assim marcado o seu próprio terreno ideológico face ao PSOE, numa travessia do Rubicão puxada pela esquerda alternativa. Ou seja, saía reforçada de uma batalha difícil, e pela esquerda, o que dará sem dúvida origem a desenvolvimentos importantes no futuro imediato.

Mas a nível estatal, a relação de forças é muito favorável ao governo PSOE. E este pôde impor uma interpretação sem brechas da sua vitória de Pirro. A abstenção alta ajudou muito. Com o SIM vitorioso com uns esmagadores 76,73%, Zapatero apressou-se a chegar à Assembleia francesa para comunicar o sucesso e colaborar na campanha de um PS francês dividido, mesmo no coração da UE e do eixo franco-alemão. Porque definitivamente a campanha no Estado espanhol foi só um primeiro passo na longa corrida de obstáculos para a ratificação do Tratado Constitucional na União Europeia. E o juízo final vai depender do resultado no resto dos estados-membros. Nessa altura saberemos se foi o anúncio de um SIM esclerótico e anémico, que reflecte a escassa legitimidade do projecto de construção neoliberal europeia. Ou, pelo contrário, se essa fraqueza do SIM já pressagiava uma crise terminal e hemorrágica dentro do coração da UE.

* G. Búster é militante da Corrente de esquerda alternativa na IU e membro do Conselho Político Federal da Izquierda Unida.

buster@combate.info

REFERENDO EM FRANÇA: O “NÃO” CONTRA O DISCURSO DO CAOS

FRANCIS SITEL *

ILUSTRAÇÕES DE JOSÉ FEITOR

A DRAMATIZAÇÃO DO LADO DO “SIM” ESTÁ A AUMENTAR, MAS OS RESULTADOS DESILUEM OS SEUS AUTORES. O CAMPO DO “NÃO” RECOLHE AS PREFERÊNCIAS DOS FRANCESES NAS SONDAGENS E COMEÇOU A GANHAR TERRENO JUSTAMENTE NA ALTURA EM QUE A DIRECTIVA BOLKENSTEIN ENTROU NO DEBATE POLÍTICO E MOBILIZOU CONTRA SI UMA ALIANÇA SOCIAL EXPRESSIVA QUE SE RECUSA A CONSAGRAR DEFINITIVAMENTE O NEOLIBERALISMO NO TEXTO FUNDAMENTAL DA UE.

A GRANDE confiança que o campo do SIM à Constituição Europeia em França se esforça por ostentar foi confortada pelo resultado do referendo interno no Partido Socialista e pela maioria que em Espanha se constituiu a favor do SIM. É grande a tentação de extrapolar e de transformar sem parar os números em argumento de autoridade. E ir repetindo: todos os partidos socialistas europeus são pelo SIM; todos os povos europeus, em vez de ceder ao espírito fratricida que domina em França, aceitam a Constituição; todos os sindicatos europeus (na verdade a direcção da CES) o aprovam; todos os responsáveis políticos inteligentes, de direita e de esquerda são a favor da Constituição... Fica votado ao esquecimento que estes mesmos responsáveis não se privavam, no passado recente, quando se mostravam mal dispostos face à ideia de submeter a Constituição ao sufrágio popular, de sublinhar os seus limites e até os seus efeitos perversos, antes de atingirem, quando foi decidido o referendo, o entusiasmante acto de fé: “se a constituição não fosse adoptada, seria mais grave do que se fosse, por isso tem de se votar SIM!”

Depois de ter dito que o texto não é o melhor, ensaiam-se as variações sobre o tema do pior: seria pior ficar com o Tratado de Nice – que, este sim, é execrável –, e uma vitória do



Depois de ter dito que o texto não é o melhor, ensaiam-se as variações sobre o tema do pior: seria pior ficar com o Tratado de Nice – que, este sim, é execrável –, e uma vitória do NÃO seria o pior em absoluto: o fim da Europa!

NÃO seria o pior em absoluto: o fim da Europa! Quem, por simples mau humor, ousaria fazer a escolher do caos? Não estamos muito longe de apresentar a oposição à Constituição como tendo um carácter patológico... Como aquando do referendo ao tratado de Maastricht, o vigor da verve vai compensando o vazio da argumentação, é o terrorismo intelectual em acção. E este vai intensificar-se nas semanas que faltam para tentar impor um SIM maioritário.

Podem-se contestar em primeiro lugar os números divulgados: uma maioria pelo SIM no seio do Partido socialista? Claro. Mas isto significou também uma minoria significativa pelo NÃO, tendo esta assumido a sua escolha com determinação. Uma maioria em Espanha pelo SIM? Incontestável. Mas sob o pano de fundo da indiferença!

Quanto à maioria esmagadora a favor do NÃO no seio da direcção da CGT, contra a vontade dos dirigentes de ver a central fora do envolvimento na batalha, ela veio atingir não só estes mesmos dirigentes mas o conjunto dos apoiantes do SIM. Ela mostra que, relativamente ao declarado no conjunto das posições do conjunto das forças políticas, sindicais e associativas (extrema-esquerda, PCF, minoria do PS, minoria dos Verdes, FSU, Solidaires, FO, Attac...), se pode estimar que o NÃO é maioritário à esquerda. (...)

UMA CRISE COM MÚLTIPLAS COMPONENTES

Assistimos hoje a uma tripla crise: A primeira é nacional, de contestação à dinâmica supranacional da União, denunciada como esmagando as identidades nacionais. Uma reacção

que é exacerbada pela perspectiva de integração desse grande país muçulmano que é a Turquia.

A segunda é social: a rejeição do liberalismo permanece forte entre os assalariados, alimentando legitimamente a oposição a uma construção europeia moldada à sua imagem. Essa recusa representa também a aspiração a uma perspectiva europeia alternativa.

A terceira é política, no sentido institucional do termo. Não apenas os centros de decisão europeus são açambarcados por uma burocracia opaca e proliferante, mas os governos dos grandes países, que de facto conservam o controlo das escolhas políticas decisivas, são hoje incapazes de dizer qual o projecto que os guia. Entre um grande mercado que se constitui em função apenas das suas próprias regras e a Europa potência com que alguns sonham qual é o objectivo?



DIZER NÃO AO TRATADO CONSTITUCIONAL,

FACE À mundialização liberal e às empresas multinacionais, nós temos necessidade de Europa. Mas a Europa que se está a construir hoje não é a Europa que precisamos.

A Europa para a qual pedem o nosso aval está totalmente organizada à volta de um princípio único: o mercado, a generalização da concorrência. É este princípio que autoriza o ataque contra os serviços públicos, a incitação ao prolongamento da duração do trabalho e a sua flexibilização, o encorajamento à regressão social em cada um dos países da União Europeia. Esta Europa está ameaçada por cima, pelas negociações opacas entre os governos e por instâncias que não são submetidas ao controlo democrático, como a Comissão Europeia ou o Banco Central Europeu.

Os povos não se reconhecem nesta pseudo-Europa que tem o mercado como ídolo e a negociação secreta como liturgia. É urgente sair desta engrenagem.

O “tratado constitucional” adoptado pelos chefes de Estado e de Governo em 18 de Junho de 2004 constitui o conjunto jurídico liberal mais completo e constringente do planeta. Grava na pedra da lei os dogmas e as políticas inscritas no

Tratado de Roma agravadas num sentido neo-liberal pelos tratados ulteriores. Abre a via para uma política militarista subordinada à NATO. Recusa a igualdade de direitos aos que residem na Europa sem possuir a nacionalidade de um estado membro e remete-os ao assédio administrativo e policial. Afasta os cidadãos dos lugares de decisão.

Este tratado não é realmente uma constituição nem pelo seu modo de adopção, nem pelo seu modo de elaboração, nem pelo seu conteúdo. Se for ratificado, a unanimidade dos 25 estados membros será depois necessária para o modificar. Isto ao mesmo tempo que fixa ao detalhe escolhas políticas, económicas e sociais essenciais que não poderão mais ser postas em causa. Este vício anti-democrático afecta já os tratados actuais; está incorporado neles. Esta massa de estipulações precisas e constringentes vai sempre no mesmo sentido: a dominação do mercado, a liberdade de acção dos capitais e das empresas multinacionais. Na fachada deste edifício está inscrito um princípio primordial, decreto intangível: “o princípio de uma economia de mercado aberto onde a concorrência é livre e não falseada.”

A opção federalista – a instauração de um governo supranacional – está condenada por um alargamento sem limites assinaláveis, incluindo a integração da Turquia. A ideia de que a extensão significa um crescimento de potência não corresponde a uma clara perspectiva alternativa assumida de maneira coerente.

Esta complexidade torna possíveis certas conjugações: as angústias sociais combinando-se às frustrações identitárias alimentam uma subida das forças nacionalistas e populistas, mesmo fascistas, num razoável número de países, inclusive nos recém membros, como testemunham as recentes eleições europeias. Elementos que se conjugam numa Europa inquietante.

No outro lado do espectro político, a vontade de construir uma mobilização social para afirmar uma alternativa ao liberalismo pode-se ligar a uma exigência democrática, para devolver aos povos o poder de decidir que Europa querem e que futuro esperam construir. Esta Europa não é um sonho, ela manifestou-se nos últimos anos na dinâmica dos fóruns sociais, das euro-greves e nas euro-marchas, do movimento contra a guerra no Iraque... Falta-lhe ainda o projecto coerente, assumido politicamente, que levaria ao élan mobilizador para uma política progressista e uma Europa social e democrática.

PELO NÃO DE ESQUERDA

O Partido socialista não estava errado, nas últimas eleições europeias, ao preconizar a “Europa social”, isto é uma reorientação fundamental. Como pode no presente justificar o volte face que é o apelo a votar SIM à Constituição? A única razão não estará no facto de um partido guiado pela ambição de governar dentro do respeito dos quadros políticos existentes não poder colocar em questão as realidades do liberalismo e da União Europeia, estreitamente imbricadas? Uma vitória do NÃO seria com efeito susceptível de provocar o desabar deste conjunto. E eis porque se deve militar por uma vitória do NÃO!

A adopção da Constituição – isto foi dito e repetido, sem que alguém o possa desmentir – instauraria o liberalismo como lei incontestável e irreversível da União Europeia. Inversamente, a sua rejeição confirmaria a vontade popular de parar com a política que sacrifica os interesses dos trabalhadores em nome do lucro capitalista e que dá de barato a democracia. E, no mesmo movimento, seria para a União Europeia não o caos que se brande como ameaça, mas uma oportunidade: a obrigação de abrir, por fim, um debate democrático de todos os povos da União quanto ao seu futuro. Seria a possibilidade de romper com uma construção burocrática e obtusa para abrir a perspectiva de uma Europa social, democrática e solidária.

* Francis Sittel é dirigente da LCR (Ligue Communiste Revolutionnaire) e redactor-chefe da revista Critique Communiste. Este texto foi publicado na edição de 18/3/2005 do semanário “Rouge”. [Versão integral em http://www.lcr-rouge.org/article.php3?id_article=1357](http://www.lcr-rouge.org/article.php3?id_article=1357)

PARA CONSTRUIR A EUROPA!

Esta Europa não é a nossa. É por isto que é urgente dar à Europa novas fundações que a emancipem do capitalismo financeiro e predador, que a reconciliem com o progresso social, a paz, a democracia, um desenvolvimento sustentável, a cooperação entre os povos do planeta. Nós somos defensores resolutos de uma Europa do pleno emprego, mobilizada contra o desemprego, a precariedade e a degradação dos níveis de vida. Uma Europa que reforça as garantias sociais, que procura um desenvolvimento económico compatível com os equilíbrios ecológicos, que defende a diversidade cultural e que reconhece enfim às mulheres a igualdade e os direitos que elas reivindicam.

Queremos uma Europa democrática, fundada na plena cidadania de todos os seus residentes. Propomos uma Europa cujos povos serão os autores de um autêntico processo constituinte, que lhes permita verdadeiramente tomar as suas decisões políticas e controlar a sua efectivação. Para que esta Europa tão necessária se torne possível, é necessário em todo o lado dar a palavra aos cidadãos e recusar esta pretensa “constituição” europeia.

Compreendemos o argumento dos que combatem connosco o neo-liberalismo e temem contudo que uma tal recusa sirva as forças reaccionárias. Mas deixar a Europa actual sobre o seu impulso actual favorece o avanço perigoso dos populismos reaccionários, as direitas “soberanistas”, a extrema-direita xenófoba. Essa Europa representa uma grande ameaça para a própria ideia europeia. Eis porque apelamos a opor um “não” maioritário ao “tratado constitucional”. Um não de esquerda, em ruptura com o sistema liberal, que possa traduzir nas urnas o que as mobilizações sociais e alter-mundialistas destes últimos anos expressaram com o apoio da maioria da população, dos assalariados, da juventude.

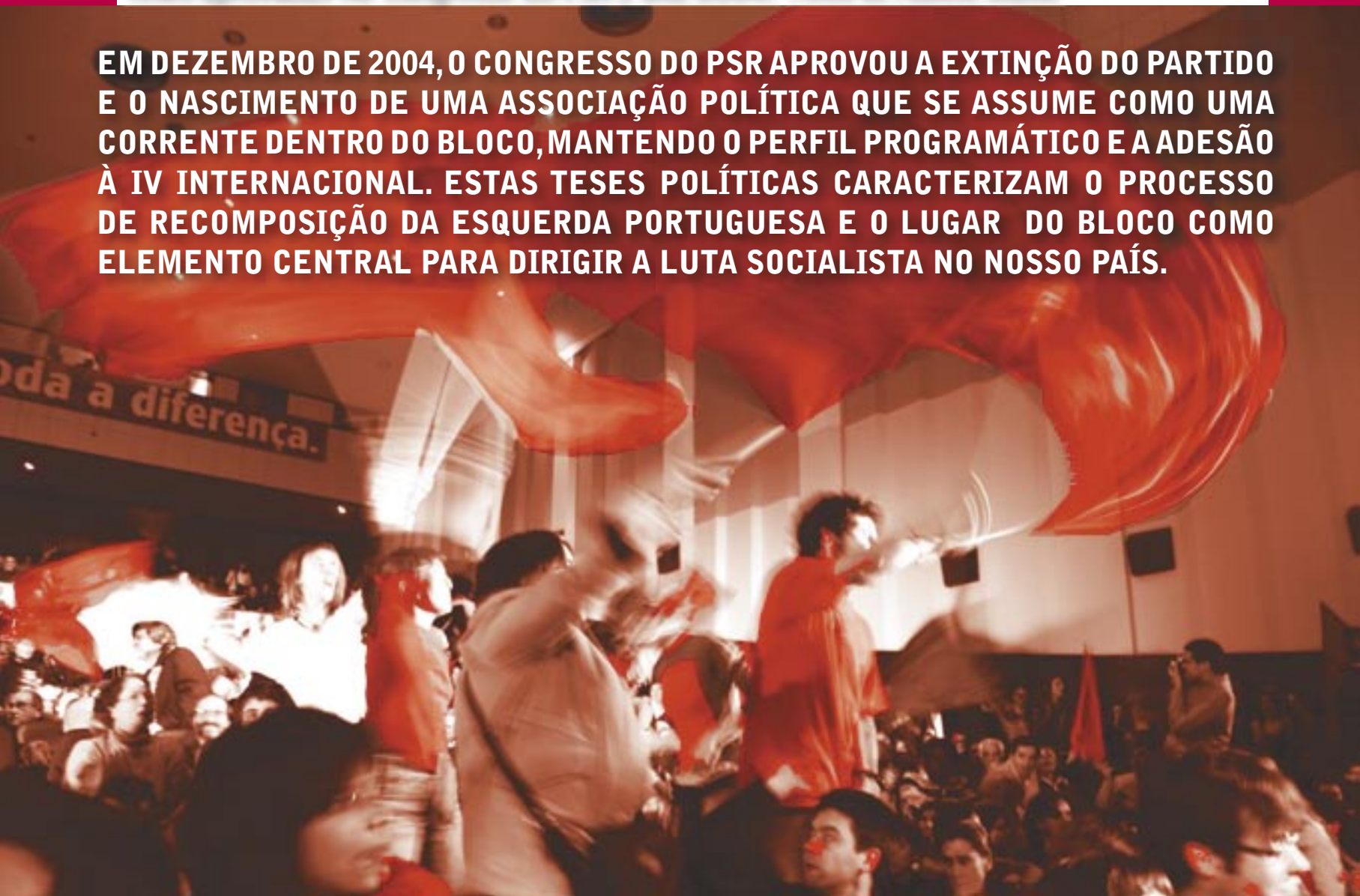
A partir destas bases criamos um colectivo de iniciativa e apelamos a que grupos similares se constituam em todas as cidades e em todos os sectores da sociedade.

Este apelo foi subscrito inicialmente por 200 mulheres e homens da esquerda francesa: políticos, sindicalistas, activistas dos movimentos sociais e das lutas estudantis e muitos outros. É possível acompanhar na internet o calendário de iniciativas dos colectivos que fazem campanha pelo “NÃO de esquerda”: www.appeldes200.net

O BLOCO PARA DIRIGIR A LUTA SOCIALISTA

teses aprovadas no Congresso do PSR / Dez 2004. Fotos de Paulete Matos

EM DEZEMBRO DE 2004, O CONGRESSO DO PSR APROVOU A EXTINÇÃO DO PARTIDO E O NASCIMENTO DE UMA ASSOCIAÇÃO POLÍTICA QUE SE ASSUME COMO UMA CORRENTE DENTRO DO BLOCO, MANTENDO O PERFIL PROGRAMÁTICO E A ADEÇÃO À IV INTERNACIONAL. ESTAS TESES POLÍTICAS CARACTERIZAM O PROCESSO DE RECOMPOSIÇÃO DA ESQUERDA PORTUGUESA E O LUGAR DO BLOCO COMO ELEMENTO CENTRAL PARA DIRIGIR A LUTA SOCIALISTA NO NOSSO PAÍS.



1.

O início do século é um tempo de transformações brutais na política mundial, marcado em particular pela afirmação da ofensiva imperialista com a recuperação do controlo directo sobre zonas importantes, como os países de Leste, com a guerra infinita como forma de dominação planetária, e ainda com o neoliberalismo que reestrutura as relações sociais nos países capitalistas desenvolvidos. A violência constituinte destas políticas tem sido enfrentada por movimentos localizados de resistência e por um movimento internacional que se exprimiu de modo mais amplo na luta contra a guerra do Iraque.

Na Europa, a tentativa de imposição de uma Constituição que configura o poder do Directório dos governos dos países mais influentes e o liberalismo como regra para a gestão económica e monetária, indica o avanço da formação de um supra-Estado autoritário, sem legitimação democrática e constitucionalizando as opções neoliberais bem como uma estratégia imperial nas políticas de segurança.

A recomposição da esquerda política e social na Europa é um processo muito contraditório, em geral predominantemente defensivo e correspondendo a um debate de refundação programática ainda embrionário. A governamentalização dos partidos verdes, a decadência dos partidos comunistas, a dominação de Blair entre as social-democracias, com a sua opção pela guerra e pelo liberalismo, transformam o mapa político europeu. Ao mesmo tempo, movimentos sociais e lutas populares, bem como várias expressões eleitorais, têm demonstrado que existe uma base de apoio e de organização para o crescimento de partidos e movimentos de esquerda anti-capitalista e anti-imperialista.

2.

A criação do Bloco de Esquerda em Abril de 1999 foi a mais importante modificação no mapa político da esquerda desde o final dos anos 70.

Fez exprimir publicamente um conjunto de correntes críticas na esquerda que estavam limitadas, desde há muito anos, a trabalhos de intervenção social importantes, algumas vezes marcantes, mas sem capacidade de disputa política efectiva pela agenda do país ou pela transformação da relação de forças nem representação eleitoral. Criou uma alavanca poderosa para lutas sociais e tem vindo a contribuir, em alguns casos de modo determinante, para escolher os temas centrais do confronto. Dessa forma, influencia e condiciona a evolução de outras correntes de esquerda e a formação da opinião pública e dos movimentos sociais sobre temas fundamentais.

Assim tem acontecido na reforma fiscal, na questão da descriminalização do consumo de drogas, na questão do aborto e noutras, na oposição ao governo Guterres como às coligações PSD-PP. Assim aconteceu na solidariedade com Timor como na mobilização contra a guerra do Kosovo, na denúncia da guerra química que a NATO desenvolveu nos Balcãs que

foi um tema essencial da campanha presidencial, no combate contra a guerra no Afeganistão e sobretudo no grande movimento social contra a guerra do Iraque.

Como as eleições têm vindo a comprovar, mesmo que as suas indicações sejam sempre parciais e enviesadas, o Bloco tem vindo lentamente a consolidar-se e alargar-se como um referencial político alternativo na esquerda.

A mais importante contribuição política do Bloco de Esquerda tem sido por isso a sua capacidade de pesar na evolução da relação de forças entre a esquerda e a direita no país e de se transformar em parte da disputa pela liderança na esquerda.

3.

O Bloco de Esquerda constitui-se como movimento político que tem duas características singulares.

Em primeiro lugar, absorveu progressivamente o espaço de representação pública das suas componentes, criando uma identidade própria.

Em segundo lugar, organizou-se mantendo uma estrutura que articula organismos e lugares próprios e que, ao mesmo tempo, respeita o espaço das sensibilidades políticas anteriores embora não as torne determinantes na definição dos rumos do movimento.

Por razões de maturação estratégica da esquerda portuguesa e internacional, os partidos que deram origem ao Bloco mantiveram-se na sua forma legal anterior durante o tempo em que acharam determinante que assim continuasse a acontecer, e foi em função da sua própria reflexão que chegaram à conclusão que não tinha sentido manter um duplo protagonismo na disputa de direcção na esquerda portuguesa – o Bloco afirmou-se como a proposta de direcção política de alternativa.

Por razões organizativas também, essa opção teve virtudes importantes. Porque regulou o debate dentro do Bloco, concentrando-o sobre actividades priorizadas, submetidas a um escrutínio que decorre simultaneamente do processo de direcção política efectiva do Bloco e também da conjugação das suas componentes.

4.

A construção de uma identidade própria do Bloco tem procedido por dois movimentos.

Em primeiro lugar, simplesmente pela intervenção política acerca de temas que foram anteriormente desenvolvidos pelas correntes fundadoras mas que, ganhando agora um novo protagonismo, passam a ser marcas identitárias que se referem ao Bloco e muito menos aos seus antecessores. Mas o efeito tempo constrói necessariamente uma diferenciação, de tal modo que as propostas que agora são referência passam a ser vistas

Não haverá esquerda alternativa viável, com influência política expressiva, sem o sucesso do Bloco. E só o Bloco pode constituir essa alternativa, porque representa a aproximação e convergência de diversas equipas de direcção, formadas ao longo dos tempos, num mesmo projecto estratégico com capacidade superior de concretização e de acção política continuada.

como novas alternativas, mesmo quando já existiam no debate político anterior. Mas deixaram de ser temas de vanguarda, muitas vezes de enunciado abstracto, e passaram a marcar a actualidade, de tal modo que essas propostas são agora temas para a reflexão de centenas de milhares de pessoas e para a acção de algumas delas.

Em segundo lugar, a presença parlamentar obriga a apresentar as propostas políticas de outra forma – ex.: o combate ao sigilo bancário é velho de mais de um século, mas tornou-se um factor de diferenciação com a pressão do Bloco – e assim ganham mais visibilidade e legibilidade. E, por isso mesmo, a presença parlamentar obriga a uma regra de confrontação política sobre muitos mais temas, e é essa experiência e visibilidade que forma a tradição própria do Bloco.

A criação de um perfil próprio na política nacional é o objectivo pretendido pelo Bloco e tem sido essa contribuição para a formação da consciência e dos combates políticos que justifica o sucesso da fundação do movimento.

5.

Mas este processo é povoado de contradições.

Em primeiro lugar, o esforço convergente, acrescido da deslocação dos centros de gravidade da decisão política para o Bloco, esvazia a vida interna e em grande medida transforma o funcionamento dos organismos tradicionais dos partidos e correntes que fundaram o Bloco, em particular o PSR. Em consequência, o grau de identificação do PSR com a orientação e a direcção do Bloco reduz os factores autónomos de auto-referência. Existe assim uma pressão dissolvente que é inegável: com raras excepções, a militância que existe é a que se transferiu para o Bloco e que se soube adaptar às novas condições.

Em segundo lugar, os novos discursos políticos, a tecnicidade do trabalho parlamentar, a apresentação de alternativas no plano em que a sua compreensão depende da viabilidade na relação de forças existente, alteram a matriz do discurso político em que se tinha consolidado a formação de algumas gerações de militantes. Assim, o sucesso público do Bloco acompanha uma estratificação do discurso, com menos peso para o propagandismo. Para mais, o que se discute hoje ao nível da massa são reformas que devemos radicalizar numa consciência de confrontação que nem sempre se encontra em

movimentos sociais e na nossa capacidade de protagonizar a construção do conflito. Estes são problemas de direcção a que nem sempre o Bloco tem respondido da melhor forma e no tempo apropriado, mas a que só o Bloco pode responder.

6.

Para o PSR, esta evolução representa igualmente um desafio político, com implicações importantes na nossa identidade.

De facto, os temas constitutivos da imagem do Bloco são a primeira concretização de um elemento programático que valorizámos historicamente mas que não chegou a constituir uma referência suficientemente importante na nossa própria identificação pública, essencialmente por falta de peso político próprio da nossa corrente: o desenvolvimento sistemático de propostas de reformas que conduzam a movimentos e experiências de rutpura, na base de estratégias políticas transitórias, que tendam a elevar as reivindicações e lutas sociais da experiência do imediato até à experiência da confrontação mais aberta com o poder, com a construção de organizações sociais autónomas do Estado.

Paradoxalmente, foi uma política unitária e não a simples auto-afirmação que permitiu ao PSR fazer parte de um movimento que deu pela primeira vez corpo a esta dinâmica de reivindicações, que é no entanto muito preliminar. Este é o fundamento essencial para uma identificação entre o PSR e o Bloco, e tem sido a pedra de toque do impacto político das propostas do Bloco.

A razão essencial para a confiança no futuro do Bloco por parte da corrente PSR baseia-se no empenho nos seus objectivos programáticos essenciais na luta de classes, que se concretiza num novo partido com vida própria.

7.

A atitude do PSR em relação ao Bloco exprime vantagens de longo prazo mas também dificuldades.

A vantagem de longo prazo é a identificação profunda com o núcleo essencial da estratégia que o Bloco tem seguido e com o seu papel como força determinante da renovação da esquerda. Foi por isso que, em coerência, defendemos que o Bloco devia incluir no seu programa uma referência ao

socialismo, e desde a primeira hora. Por outras palavras, a aproximação entre correntes revolucionárias, entre gerações militantes e entre sectores sociais empenhados na luta política e, nesse sentido, o acréscimo da sua capacidade de atracção, só pode decorrer dentro do Bloco e com o seu completo sucesso, e nunca à sua margem ou muito menos depois do Bloco.

Mas essa vantagem de longo prazo provoca uma tensão de curto ou médio prazo: é que perturba, para muitos militantes e sobretudo para simpatizantes do PSR, a percepção dos lugares específicos do PSR e do Bloco, e alguma insatisfação com essa incerteza, pelas razões já referidas. A única solução para esta perplexidade está na afirmação do Bloco como um projecto de direcção para a esquerda portuguesa e para a luta anti-capitalista – é no sucesso ou insucesso desse projecto que se mede toda a nossa política.

A Comissão Permanente do Bloco e a grande maioria da Mesa Nacional convergem na defesa do que temos vindo a chamar a construção de uma relação na vida de um partido/movimento de modo aberto e unificado. Essa relação orgânica é a condição da sobrevivência, do desenvolvimento e do sucesso do Bloco.

Para o PSR, a relação coloca-se nestes termos: o Bloco é um movimento de convergência política definida por um horizonte estratégico, e que tendencialmente ocupa todo o espaço da representação e da acção da esquerda alternativa, substituído completamente a intervenção pública das organizações fundadoras. Não haverá esquerda alternativa viável, com influência política expressiva, sem o sucesso do Bloco. E só o Bloco pode constituir essa alternativa, porque representa a aproximação e convergência de diversas equipas de direcção, formadas ao longo dos tempos, num mesmo projecto estratégico com capacidade superior de concretização e de acção política continuada.

8.

O Bloco corre vários riscos, cuja importância crescerá com a sua própria intervenção. O perigo maior é a acomodação e a rotina, o temor de perder as posições conquistadas e de suscitar a oposição dos nossos adversários. A experiência provou que, pelo contrário, só se consolidam posições disputando permanentemente o espaço político. A acomodação e a rotina são sempre perigosas por duas razões:

Em primeiro lugar, porque o Bloco não dispõe ainda de uma base social organizada com uma dimensão que corresponda à sua expressão política. Por isso, a sua consistência depende fundamentalmente da capacidade de inovar o confronto político, de condicionar os adversários, de marcar os ritmos da oposição ao governo e da luta contra a direita – e a acomodação à relação de forças actual implicaria necessariamente perder a energia do confronto. E, em consequência, a coerência do discurso e a construção de uma base social são interdependentes e constituem em paralelo os problemas principais da estratégia do Bloco a prazo.

Em segundo lugar, porque as instituições cujo eco aproveitamos são ao mesmo tempo uma forma articulada, experimentada e eficiente de integração, cuja pressão se vai exercendo sobre o Bloco, como sempre se exerceu sobre todas as correntes críticas.

A organização da acção social bem como a manutenção de um alto grau de confronto político é fundamental para a sobrevivência e para o crescimento político do Bloco. Se o movimento fosse determinado pela mera conservação das posições que obteve, extinguir-se-ia. Com a guerra de movimentos pode-se ganhar, com a guerra de posições só se pode perder.

9.

O Bloco é uma organização que não tem paralelo na Europa contemporânea.

Se bem que seja impossível encontrar um precedente, várias organizações com características distintas dos partidos tradicionais nem se consolidaram nem triunfaram e ainda está por encontrar uma alternativa à decadência destes partidos tradicionais e institucionais. Partidos nascidos da unificação de correntes revolucionárias fracassaram em regra geral. Partidos que nasceram de cisões ou transformações dos partidos comunistas, depois ampliadas, como a Rifondazione Comunista ou a Izquierda Unida, têm uma referência ideológica fundacional e herdaram uma fracção importante do movimento operário como eixo identitário – mas têm resistido melhor do que crescido. Partidos reformistas radicais têm desaparecido porque não existe espaço para políticas de conciliação e para o ministerialismo possibilista.

O Bloco pretende ser ao mesmo tempo um movimento muito aberto em que a radicalidade a partir da experiência social concreta pode ser formada e politizada, e um portador de um programa socialista baseado no combate ao imperialismo, numa cultura anti-capitalista e na rejeição da via burocrática que os países de Leste ou a China seguiram. Para isso, o objectivo do Bloco é afirmar-se como uma direcção alternativa e só pode crescer como um movimento que disputa a transformação da esquerda, ou seja, que luta pela liderança e que quer ganhar a maioria. Trata-se assim de passar da fase defensiva para a ofensiva da esquerda, que depende da sua transformação, ou seja, de rupturas importantes que a redefinam.

10.

O início da construção de um partido/movimento com um programa socialista, com uma prática coerente e com influência política e social muito ampla conclui uma nova etapa histórica para o núcleo de revolucionários marxistas que no início dos anos setenta fundaram o que veio a ser o PSR.

As tarefas então definidas concretizavam-se na oposição à ditadura e à guerra colonial, no objectivo de desencadear a partir do derrube de Caetano um processo revolucionário, e de construir uma corrente política que fosse parte da direc-

É fundamental que a definição do socialismo,
tanto como revolução anti-capitalista como também
como rejeição da opressão burocrática, seja claramente
assumida pelos protagonistas das alternativas populares.
Sem o fim do Muro de Berlim, o Bloco não teria sido possível.

ção desse processo. Para cumprir estas tarefas, a então LCI definiu-se como parte da IV Internacional e do projecto de construção de uma internacional revolucionária de massas, fazendo dessa adesão um elemento essencial de identidade com o núcleo mais consistente desse projecto pela sua coerência programática, abertura e continuidade. A criação de um partido determinado em Portugal pelas fracturas ideológicas do seu tempo – e que mantinham toda a actualidade – era necessário, justificável e, como a vida o demonstrou, incontornável e útil.

Mais de trinta anos depois, reconhecemos o sentido desses objectivos e o seu momento histórico. Em consequência, mantemos fidelidade à mesma visão estratégica fundamental, a opção pelo socialismo, sabendo que o socialismo em Portugal e na Europa só será viável como uma revolução socialmente maioritária e para isso dotada de uma estratégia e direcção. E definimos essa opção no contexto europeu e dos movimentos sociais contra a globalização liberal, cuja emergência marcou, com a oposição à guerra do Iraque, os primeiros anos do novo século – o tempo novo que redefine as nossas grandes tarefas.

Assim, um dos grandes objectivos actuais é a criação de um movimento internacional unificado que enfrente o império. É nessa perspectiva que a decantação e clarificação de rumos se vai procedendo nos debates e na acção que atravessa o movimento anti-globalização e dos Foruns Sociais Mundiais – processo, que será longo, contraditório e que não tem *a priori* nenhuma garantia de sucesso – é a condição para uma resposta que se erga ao nível dos desafios da globalização neo-liberal e da guerra infinita, ou seja do imperialismo actualmente existente.

Esse objectivo depende de partidos e movimentos nacionais bem implantados e capazes de iniciativa, e das suas articulações unitárias – é nesse sentido que colaboramos com as Conferências Anti-Capitalistas Europeias, com o Partido da Esquerda Europeia e com outras redes internacionais – sabendo que o critério decisivo é ainda a criação de uma direcção nacional e internacional para esta fase da luta anti-capitalista.

11.

A opção pela construção de uma organização revolucionária com o perfil e o programa da LCI era também o resultado e a resposta a um processo contra-revolucionário, o da vitória da contra-revolução estalinista e da degenerescência da revolução russa, com o seu impacto na esquerda internacional. Era portanto herdeira de uma história de clarificações que tinham procedido por rupturas necessárias ao longo dos tempos.

Anteriormente, é necessário recordá-lo, Marx concebia que haveria uma única Internacional muito plural e que os revolucionários fariam parte de um partido operário unificado e não se organizariam aparte. Esse conceito não resistiu ao tempo, porque as rupturas históricas, como a primeira Guerra Mundial, ou seja, o conflito inter-imperialista, dividiu estes partidos e fez surgir novas forças no movimento operário. As novas correntes sempre se definiram por grandes acontecimentos fundadores.

No início do século XX, a II Internacional dividiu-se face à Guerra Mundial, dando origem à criação dos partidos comunistas; posteriormente estes dividiram-se perante a derrota termidoriana da revolução russa, dando origem a diversas correntes revolucionárias minoritárias, algumas das quais vieram a desaparecer.

Quase um século mais tarde, o colapso do mundo estalinista dos Estados burocráticos, um dos grandes acontecimentos do século XX, não deu no entanto lugar à emergência de uma revolução anti-burocrática ou sequer a forças sociais importantes que a disputassem. No entanto, modificou os sistemas de referência na esquerda, precipitou a crise dos partidos comunistas, começou a reestruturar os movimentos populares. A ofensiva liberal – a globalização – e a reorganização do sistema de dominação mundial, com a unipolaridade da hierarquia imperial, agravou esta deslocação dos partidos políticos na esquerda.

É fundamental que a definição do socialismo, tanto como revolução anti-capitalista como também como rejeição da opressão burocrática, seja claramente assumida pelos protagonistas das alternativas populares. Sem o fim do Muro de Berlim, o Bloco não teria sido possível.

O Bloco aspira certamente a ser muito mais do que uma continuação das melhores tradições da esquerda socialista. Procura constituir uma alternativa efectiva para a luta social de hoje e de amanhã: o Bloco deve aspirar a vir a ser a resposta à crise de direcção do movimento popular e da esquerda portuguesa.

12.

A decisão da formação do Bloco como lugar político de convergência e como protagonista de uma alternativa já implicava que em algum momento o PSR teria que se definir sobre se se continuava a considerar como o partido que representa a vanguarda revolucionária ou parte dela, de onde decorreria que as suas tarefas seriam simplesmente aliancistas.

Ou se, pelo contrário, valorizaria o seu esforço para a construção do Bloco como o melhor contributo que poderia dar para a formação de uma nova direcção socialista para a esquerda portuguesa. Foi a segunda alternativa que escolhemos, e é esse percurso que precisamos neste Congresso que inicia uma nova etapa histórica. Nesse sentido, o PSR passa a definir-se como corrente sob a forma de uma associação política, mantendo o seu perfil programático e a sua vinculação à IVª Internacional, e cujo campo e objectivo de actuação é a afirmação do Bloco como um partido dirigente para a luta dos trabalhadores.

Neste contexto, o Bloco aspira certamente a ser muito mais do que uma continuação das melhores tradições da esquerda socialista. Procura constituir uma alternativa efectiva para a luta social de hoje e de amanhã: o Bloco deve aspirar a vir a ser a resposta à crise de direcção do movimento popular e da esquerda portuguesa, e esse deve ser o seu objectivo tanto programático como de construção prática. Terá que o ser pela experiência prática, preparando a superação da fase defensiva em que a política de esquerda se encontra. O Bloco só pode triunfar como um partido para dirigir a luta socialista.



CIDADANIA E IGUALDADE

BERTA ALVES *

ILUSTRAÇÃO DE ISABEL CARVALHO

NO PRINCÍPIO É A EXCLUSÃO. A CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA IGUALDADE E A CONSTRUÇÃO DO GÉNERO

A noção de cidadania, na actualidade, abarca habitualmente três sentidos: a cidadania é um estatuto (um conjunto de direitos e de deveres); é também uma identidade (um sentimento de pertença à comunidade política definida pela nacionalidade e um território determinado); é enfim uma prática que se exerce através da representação e da participação políticas: estas traduzem a capacidade do indivíduo de pensar sobre o espaço público emitindo um juízo crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito a ter direitos (Hirata, 2004: 17).

A desigualdade ainda hoje verificada na participação e representação política das mulheres e no seu acesso aos centros de decisão, logo a sua menor capacidade de “pensar” sobre o espaço público, radica numa espécie de “pecado original” na constituição da democracia moderna, quando as mulheres foram excluídas da participação política nos seus mais importantes actos fundacionais: a Revolução americana, de 1776, e a Revolução francesa, de 1789. Só nos inícios do século XX, começam a surtir efeito as mobilizações feministas a favor da igualdade política, na Europa, num processo moroso e desigual que vai da Finlândia, em 1906, à Suíça, em 1971.

Os mecanismos que levaram à exclusão política das mulheres, e que ainda hoje têm repercussões nas sociedades ocidentais contemporâneas, ligam-se à ambiguidade do direito natural e à ambiguidade da construção histórica da igualdade. O direito natural engloba uma dupla natureza: por um lado,

indica que os direitos naturais resultam da vontade humana que os declara e que se poderão concretizar numa ordem política instituída pelos cidadãos e cidadãs; por outro, são considerados como uma herança natural da humanidade, colocando a igualdade no terreno pré-político da natureza e dissociando-a da construção política e do resultado da acção.

Durante o séc. XIX, o determinismo biológico associou-se a esta concepção resultando na aceitação do acesso diferenciado aos direitos por critérios de sexo, cor, classe ou cultura, em que as desigualdades sociais são encaradas não como desigualdades mas como diferenças devidas às diferentes “qualidades naturais” dos indivíduos ou grupos.

A igualdade foi associada à identidade e a diferença foi construída como desvio a uma norma definida pela relação de forças: os homens são a norma e estes são considerados, no seu conjunto, naturalmente superiores a todas as mulheres.

Esta dominação torna-se invisível enquanto dominação, por estar inscrita na natureza e ser inacessível à acção humana, o que tornou possível tratar as mulheres como uma categoria homogénea cujos direitos obedecem não a uma lei geral elaborada por e para todos, mas a regras particulares válidas unicamente para esta “categoria”. Criou-se, assim, aquilo que Christine Delphy chama um “regime de excepção” que exclui todas as mulheres do estatuto de sujeito político e que se tornou, por sua vez o princípio organizador duma sociedade fundada e concebida segundo a divisão sexuada do trabalho, das competências, dos espaços e dos poderes (Hirata, 2004: 55,56).



DEPOIS, A ASSIMILAÇÃO OU A DIFERENÇA ? OS DILEMAS DA IGUALDADE

Desde o século XVIII, em que se pode situar o despoletar teórico e prático do feminismo moderno, que se fizeram ouvir vozes em defesa dos direitos das mulheres, com duas linhas de argumentação, em que já está presente a tensão entre a reivindicação igualitária e a reivindicação diferencialista.

Durante os anos 80 do século XX surgem dois contributos importantes para a crítica da teoria política, com a tese maternalista de Jean Elshtain, que contrapõe a uma lógica masculina dos direitos uma lógica feminina assente em valores maternais e a tese de Carole Patman, que desmistifica a universalidade abstracta da cidadania patriarcal e mostra a existência de um contrato sexuado por detrás do contrato social.

Esta autora vai explicitar uma questão central na problemática da igualdade das mulheres, a que chama o dilema de Wollstonecraft. Este consiste no seguinte: nos sistemas androcêntricos, as mulheres são encurraladas numa cidadania de segunda categoria, se se integrarem na cidadania enquanto indivíduos, significa que têm de adaptar-se à norma masculina, a sua igualdade assimila-as aos homens; se forem incluídas na cidadania enquanto mulheres, numa organização social que tome em consideração as diferenças com os homens (por exemplo, a maternidade, os cuidados com as crianças), a diferença sexual leva à separação entre o privado e o público e condena-as a uma “incorporação” específica enquanto mulheres, isto é “homens imperfeitos” (Hirata, 2004:56).

No contexto destas críticas, o princípio liberal da igualdade e a concepção de igualdade de tratamento e de oportunidades, a ele associados, começaram a ser criticados pelas feministas de diversas correntes, quer por considerarem que visa subordinar as mulheres à lógica masculina, quer por considerarem que o não ter em conta as condições de dominação sexual ajudaria a perpetuar o estatuto das mulheres enquanto dominadas.

REDEFINIR A CIDADANIA: ESTRATÉGIAS PARA A IGUALDADE NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Durante os anos 90 surgem outras perspectivas que visam dar novos significados à cidadania, umas que defendem uma cidadania diferenciada, utilizando o conceito de paridade, e outras que pretendem superar o dilema igualdade/diferença, valorizando a ideia de uma cidadania democrática que reconheça diversidade e pluralismo, integrando os contributos dos debates sobre o multiculturalismo e interculturalismo.

Estando as feministas, no geral, de acordo quanto à crítica da democracia patriarcal como uma democracia deficitária e na necessidade de uma maior participação das mulheres na esfera política, dividem-se quanto a considerar a paridade como um fim em si próprio, isto é como um princípio filosófico, ou como uma estratégia política para atingir a igualdade.

Na primeira posição podemos situar a defesa da democracia paritária. Para Claudette Appril (1997), este conceito assenta na ideia de que os seres humanos têm duas dimensões,

O género não é uma realidade fixa e imutável, todas as identidades, incluindo a actual identidade colectiva das mulheres, tal como as diferenças sociais, são historicamente construídas

a sua pertença à humanidade e a sua identidade sexual. Os dois sexos devem afirmar-se como dissemelhantes e complementares para que a humanidade possa perpetuar-se e as mulheres devem definir-se por si próprias e não em relação a um modelo hegemónico masculino. Assim, o princípio da paridade decorreria de um imperativo democrático e constituiria um avanço na conquista dos direitos da pessoa humana e um novo patamar da democracia ao : completar o universalismo abstracto dos direitos que só tem em conta a primeira dimensão (negando assim um dos sexos) através da definição de regras democráticas a aplicar a um novo contrato sexual ; dar um conteúdo concreto ao conceito de “povo” que dá corpo à “nação”, agora visto como um conjunto de homens e mulheres, fazendo derivar da soberania popular a participação em partes iguais nas tomadas de decisão de duas entidades distintas, mas de valor igual; implicar a transformação dos modos de pensamento e de organização social tradicionais em todos os domínios da vida, assegurando a visibilidade do feminino.

Nesta perspectiva, sendo as mulheres uma componente do corpo social e não uma categoria ou uma minoria, o sistema de cotas não é aceitável, tanto mais que é associado a uma lógica igualitária de assimilação das mulheres aos homens e, por outro lado, só poderia ser uma medida de acção positiva temporária, pois instauraria uma discriminação que viola o princípio da igualdade de direitos.

SUPERAR DIFERENÇAS DE GÉNERO

A segunda posição, em defesa de uma cidadania pluralista, alerta para os perigos da valorização da diferenciação sexual, considerando que isto constitui um regresso perigoso ao essencialismo ou ao naturalismo e estendida a cidadania diferenciada a outros grupos identitários encerra, igualmente, o perigo da reivindicação de interesses particulares, de grupos, que ponham em causa direitos dos outros com uma perda do universalismo.

Para Rosa Cobo (1999) a constituição das mulheres como um grupo social oprimido e como um actor social, tendo em comum a sua situação de marginalização e de subordinação de género, que atravessa transversalmente todas sociedades

existentes, independentemente da classe, etnia, orientação sexual e cultura, embora com intensidades diferentes e coexistindo com outras identidades, é uma construção histórica, com uma forma de opressão identificável, não decorrendo de nenhuma essência ou ontologia que constitua um modo de ser original feminino. Aliás, o género não é uma realidade fixa e imutável, todas as identidades, incluindo a actual identidade colectiva das mulheres, tal como as diferenças sociais, são historicamente construídas. A identidade de género não deve ser colocada em termos ontológicos, mas em termos políticos e emancipadores. O objectivo político do feminismo deve ser a destruição do sistema binário e a superação das diferenças de género e das identidades de género que as acompanham.

A reivindicação da igualdade mantém toda a actualidade, porque sendo um projecto ainda a cumprir permite pensar e agir no sentido da abolição das hierarquias e da dominação, logo da transformação social, e permite reivindicar políticas públicas que eliminem as exclusões e discriminações e tornem efectivos os direitos políticos das mulheres, como as medidas de acção positiva, as cotas paritárias na representação no Parlamento, nos governos, nas autarquias e nos órgãos de decisão do conjunto das instituições do Estado, a institucionalização de um provedor/a dos direitos das mulheres (como existe na Noruega) e de um/a delgado/a interministerial que garanta a transversalidade da perspectiva de género em todas políticas (como existe em França), a paridade doméstica.

Também a reivindicação da liberdade mantém a sua actualidade. Há âmbitos que se ligam mais à liberdade do que à igualdade, como muitos aspectos que se ligam ao corpo, como os direitos sexuais e reprodutivos.

A importância destas reivindicações não nos pode fazer esquecer os seus limites se reduzirmos o espaço público ao espaço institucional e se nos limitarmos a pretender tornar a democracia representativa existente mais democrática. Há que perspectivar o feminismo no questionamento simultâneo do sistema patriarcal e capitalista que gera e reproduz a opressão de género.

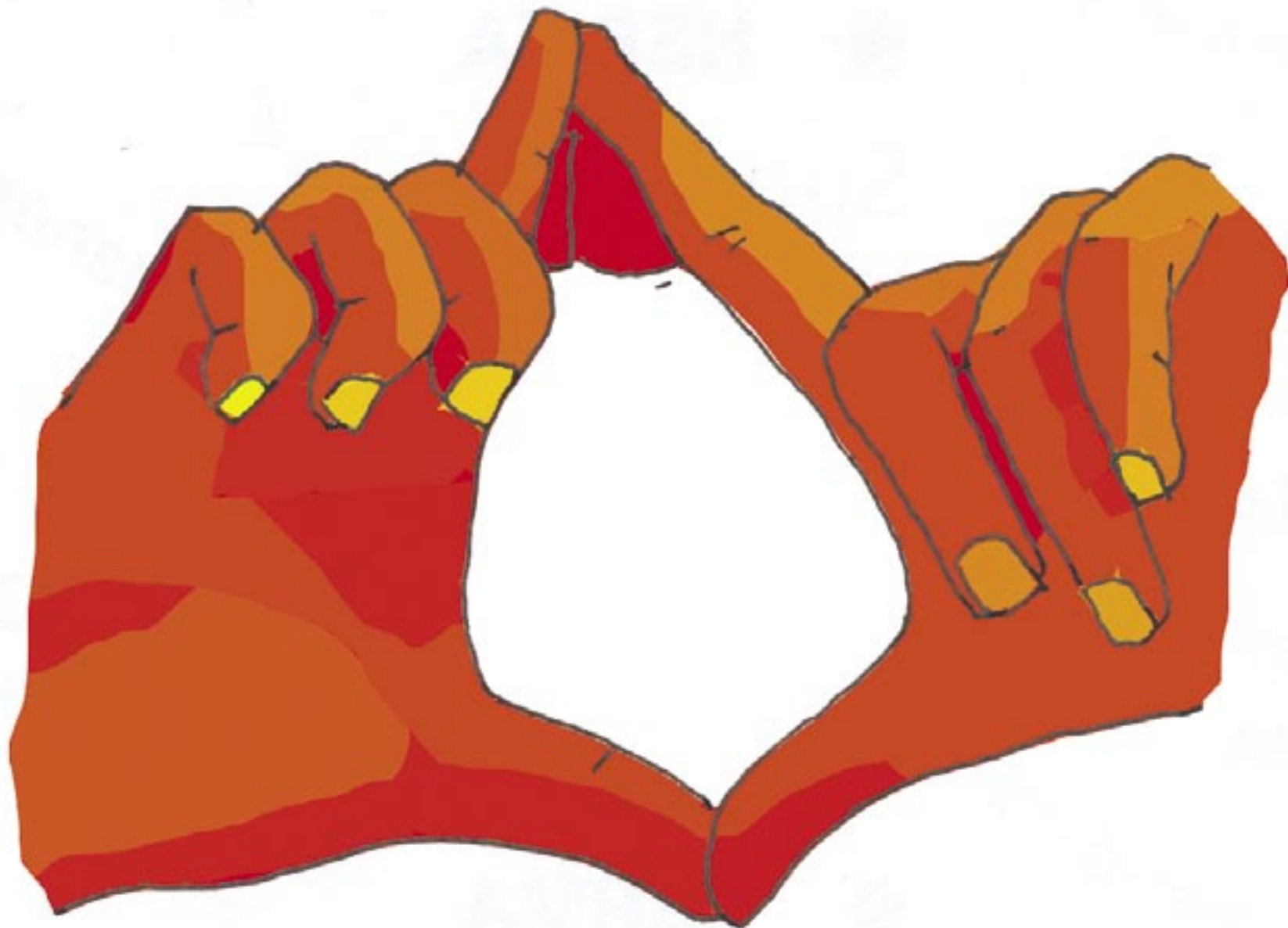
* Berta Alves é professora berta@combate.info

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

April, Claudette (1997), «Qu'est-ce que le concept de parité ?», in «Democracia Paritaria», *Themis* (Boletim electrónico), Asociación de Mujeres Juristas (Espanha).

Cobo, Rosa (1999), «Multiculturalismo, democracia paritaria y participación política», in «Democracia Paritaria», *Themis* (Boletim electrónico), Asociación de Mujeres Juristas (Espanha).

Hirata, Helena et al. (coord.) (2004), *Dictionnaire critique du féminisme*, 2^e édition, Paris, PUF.



SEXUALIDADES E FEMINISMO

ANA CAMPOS *

ILUSTRAÇÃO DE CARLA CRUZ

A SITUAÇÃO de subalternidade das mulheres na sociedade determinou que a sua sexualidade fosse ignorada e que só na 2ª metade do século XX - em particular durante e após a 2ª vaga do feminismo a sexualidade feminina fosse encarada como existente e algo de diferente da sexualidade masculina e fosse objecto de estudos, embora incomparavelmente diferentes em número e divulgação ou até em investimento, se os compararmos com estudos sobre a sexualidade masculina.

É importante que se estabeleça esta ligação entre sexualidades e feminismo. Foi a afirmação da importância do debate acerca da situação da mulher na família e na sociedade

iniciado dentro das correntes feministas a partir dos anos 60, que passou pelo questionar daquilo que era até então o escuro sobre a sexualidade das mulheres e entre mulheres e que se alargou à sociedade dando razão à palavra de ordem “o pessoal é político” que contribuiu para que estas questões tivessem, mais cedo ou mais tarde que ser encaradas pelo poder. Mais tarde, também nas correntes LGBT a afirmação do direito à diversidade contribuiu para questionar normas até aí inabaláveis.

Começaria por algumas questões que se nos colocam, a primeira das quais será sobre o significado, do que é a sexualidade.

Através da história, a sexualidade das mulheres foi silenciada, desconhecida ou vista como algo de perigoso e de destruidor para os homens

A resposta a esta questão começou por ser dada por aquilo a que se chama modelo essencialista ou biomédico. Segundo este modelo a sexualidade seria um acto biológico puro, uma necessidade biológica, com participação hormonal, endócrina, fisiológica; não se encarava a sexualidade como autónoma e diferente da do homem, apenas era modificada por contextos hormonais variados e variáveis, que justificavam diferenças de comportamento masculino e feminino. A dominância masculina seria explicada por uma maior agressividade que proviria dos androgénios. A centralização da sexualidade na actividade coital e no desempenho masculino, também fruto de hormonas, dava à mulher o papel passivo, submisso e passou à margem daquilo que é na sexualidade e em particular na sexualidade feminina, um aspecto essencial: a partilha, o afecto, a comunicação emocional. O modelo construcionista surgido nos anos 70 procura encarar e explicar a sexualidade como o resultado da experiência de indivíduos em contextos relacionais, sociais e culturais que serão inevitavelmente múltiplos, que têm um papel tão ou mais importante que o contexto biológico.

A segunda questão reside em saber se os comportamentos sexuais terão modelos universais e para quem não os seguir terá de haver uma explicação biológica, psicológica e social ou, pelo contrário, se haverá uma distinção entre sexo e características de género que podem não ser coincidentes com os hábitos ou normas sociais e serão mais explicadas por influência da cultura sobre a sexualidade e sobre normas de comportamento social.

MÃES E PROSTITUTAS: O DEVER E O DESEJO

Falar sobre a expressão da sexualidade feminina obriga a uma passagem que terá de ser aqui breve sobre o que a história e a antropologia têm investigado. Através da história, a sexualidade das mulheres foi silenciada, desconhecida, ou vista como algo de perigoso e de destruidor para os homens.

Para a religião havia dois tipos de mulheres: as mães e as prostitutas. As primeiras não tinham desejos, mas o dever de manter a descendência; as segundas só teriam desejos e o seu objectivo era alienar o corpo e a alma dos homens. Foi este dualismo que se manteve na Idade Média até à época vitoriana. No século XIX as mulheres, tidas como incapazes de desejos sexuais, eram orientadas sexualmente pelos homens. Sarah Ellis dizia que uma mulher sem o amor de um homem era uma coisa perdida.

O mito da inocência e da castidade feminina contrariava qualquer desejo ou prazer nas mulheres, que não fosse o de aprender a satisfazer o seu marido. Qualquer ultrapassagem era lascívia.

As amizades entre mulheres eram toleradas e aprovadas pois daí não poderiam passar, já que a sexualidade de e para as mulheres era algo considerado inexistente. As mulheres virtuosas desconheciam tudo acerca da prostituição, que era um mal necessário para que os homens pudessem dar largas à sua imaginação e fantasias sexuais.

As mulheres passavam as suas vidas grávidas, a amamentar, a recuperar de abortos e a morte por parto era o destino de muitas. A forma de fugir a esta tortura era a castidade. As vozes femininas que ousavam afrontar este destino eram severamente punidas: Olympe de Gouges que na Revolução Francesa apelou em vão às mulheres para que lutassem pelos seus direitos e contra a sua exclusão, teve com destino a guilhotina.

MEDICINA, PODER E MORAL CONTRA AS MULHERES

A contracepção de que se começava a falar em finais do século XIX e que era essencialmente dirigida aos homens, através do uso de preservativos, era caluniada por médicos e homens da Igreja; no prestigiado jornal médico “Lancet”, ainda hoje uma referência médica mundial, afirmava-se em 1869 que as mulheres que aceitavam o uso de preservativos se colocavam em lugar igual às prostitutas.

A Medicina sempre esteve ao lado de poderes e normas morais instituídos, que no contexto europeu foram ditados pelas ideologias das Igrejas: o onanismo, ou coito interrompido, punido com pena de morte na Idade Média e considerado uma perversão sexual, era considerado por médicos como causador de doenças graves e de ninfomania. A Medicina condenou igualmente a masturbação, a homossexualidade, o aborto e todos os métodos de controle da fertilidade. Apelidava de histéricas e ninfomaniacas as mulheres que desafiavam as normas de castidade e do prazer e tratava-as extraíndo-lhes órgãos que considerava responsáveis por essas doenças: a excisão de clítoris, de ovários e úteros eram práticas comuns e descritas em jornais médicos como terapêuticas votadas ao êxito. Quando a cirurgia não resolvia o caso preconizava-se o internamento em asilos psiquiátricos.

A excisão de clítoris, de ovários e úteros eram práticas comuns e descritas em jornais médicos como terapêuticas votadas ao êxito. Quando a cirurgia não resolvia o caso preconizava-se o internamento em asilos psiquiátricos

A Revolução industrial e as duas guerras mundiais no século XX tiveram como consequências para as mulheres a sua saída de casa, o início de uma independência económica, o progredir na formação profissional. Mas mantêm-se os estigmas para as que ousavam afirmar a sua autonomia.

A investigação hormonal e o isolamento das hormonas sexuais femininas e masculinas foram o prelúdio da descoberta da contraceção hormonal, nos anos 50; psiquiatras e sexólogos pronunciavam-se sobre excessos sexuais das mulheres, que eram encarados no sentido de uma diminuição da feminilidade. As investigações de Kinsey nos anos 50 e de Masters e Johnson nos anos 60, iniciaram estudos científicos e a descrição do comportamento sexual vieram dizer algo até aí impossível de pensar; apesar de os seus estudos serem criticados por serem feitos em número limitado de casais, brancos, da classe média americana, foi possível afirmar que as mulheres tinham orgasmos múltiplos.

Os estudos antropológicos de Malinowsky, Weeks e Margareth Mead sobre comportamentos de mulheres e homens na 2ª guerra mundial começam a evidenciar que traços de carácter atribuídos ao género são condicionados socialmente.

UMA NOVA CONSCIÊNCIA

A história das mulheres no século XX revê-se e ganhou com o avanço da contraceção: as mulheres puderam pensar na sexualidade e prazer desligados da fertilidade. Estas descobertas contribuíram mais do que tudo para o avanço das consciências das mulheres; permitiram que pudessem encarar o seu futuro pessoal e profissional a par da vida afectiva, o que contribuiu para a autonomia e consciencialização do desejo e sexualidade femininas.

As lutas sociais vividas na 2ª metade do século XX de que o feminismo foi um expoente significativo, contribuíram para que as mulheres se questionassem e questionassem o seu papel na sociedade e na família.

Apesar das diferentes correntes que atravessaram e atravessam o feminismo, foram colectivos feministas que permitiram enquadrar na sociedade não só as lutas pelo alargamento e divulgação da contraceção e pelo direito ao aborto, e que mais contribuíram para que se questionassem os mitos da sexualidade feminina. Mesmo no campo da sexologia que é ainda pertença de médicos e de psicólogos têm sido trabalhos

de feministas que têm posto a nú aquilo que é ainda a actual tentativa de explicar desvios da norma como distúrbios ou anomalias e que têm posto em causa a explicação da sexualidade feminina como contraponto ou simétrica da sexualidade masculina e que mais têm denunciado os interesses da indústria farmacêutica na medicalização da sexualidade.

Os estudos da sexualidade baseiam-se em modelos biomédicos de padrão masculino e ignoram a influência que normas sociais têm sobre as sexualidades, em especial a sexualidade feminina; a visão feminista e dos movimentos gay lésbico chamaram a atenção para a influência da ideologia e do poder nos comportamentos sexuais. O sexo não é uma função apenas biológica; é atravessado por questões que a sociedade cria e que colocam a sexualidade na centralidade das relações inter-pessoais; e sobre tudo isto, as pessoas têm desconhecimentos, dúvidas e pretendem informações.

O casamento, que passou de um contrato económico de sujeição das mulheres, para um encontro de intimidades, de afecto e companheirismo, tendo como meta o sucesso e a felicidade, torna centrais as questões sexuais; mas sendo para muitos a sexualidade uma questão privada, a falta de informação e debate público é ainda inexistente. Até aqui, a normatividade provinha de padrões morais; no século XIX e XX a autoridade sobre o tema passou para a Medicina; tudo o que não é norma é considerado como desviante ou anormal, no sentido de patológico. Essa normalidade é aferida pelo coito heterossexual e as pessoas encaram-na de acordo com as normas sociais e avaliam-se e são avaliadas por comparação com os outros. A sociedade de informação na sua ânsia pela captação de audiências ou leitores, informa sobre o que deve ser bom sexualmente e socorre-se de especialistas sociais que substituem os padres de outrora.

UM MODELO QUE PERDURA

A sexualidade e o comportamento sexual fazem-se em interacção entre o indivíduo e o meio; aqui, a cultura, a educação, a classe e estatuto social, a etnia definem uma identidade entre sexo e género, o que está bem e mal, de acordo com as normas sociais. Mas nem sempre existe harmonia entre o que é a norma social e o comportamento ou desejo individual. E o que era antes o pecado, passou a ser agora considerado anormalidade

A resposta sexual feminina é ignorada; nada se descreve sobre emoção, comunicação, atracção, segurança, respeito,

O objectivo dos encontros sexuais ser a penetração ou o orgasmo é ainda hoje considerado como o culminar da sexualidade e o questionamento do que pode ser a sexualidade quando não existe pénis, como no caso da sexualidade entre lésbicas é ainda um fantasma que passa por muita gente.

sensações corporais extra-genitais, contracepção e influência na sexualidade, sexualidade na gravidez, o envelhecimento, a sexualidade entre o mesmo sexo, etc. A decisão de iniciar ou não uma relação sexual, associada ou não ao grau de satisfação que anteriormente manifestaram são questões a ter em conta na sexualidade feminina que os modelos tradicionais de resposta sexual não contemplam.

As questões relacionadas com o desejo são apresentadas como se pudesse haver um traço de igualdade entre o desejo masculino e feminino; factores sociais interiorizados de culpa e vergonha, pelo desejo que era socialmente atributo masculino, podem estar na génese de perturbações; mas são essencialmente as diferentes relações de poder, a deficiente divisão de papéis na família e problemas educacionais e culturais que colocam a mulher em posições secundárias, que são responsáveis por estes problemas sexuais. Quando se pretende abordar as perturbações da sexualidade não se tem em conta a diferença entre a sexualidade feminina e masculina e desigualdades de género que têm resultados na resposta sexual; Leonor Tieffer(1995) questiona mesmo se homens e mulheres quererão o mesmo tipo de sexualidade; segundo Félix Lopez (1999) a incapacidade de comunicação e afecto masculinos estão na génese da insatisfação sexual das mulheres.

O objectivo dos encontros sexuais ser a penetração ou o orgasmo é ainda hoje considerado como o culminar da sexualidade e o questionamento do que pode ser a sexualidade quando não existe pénis, como no caso da sexualidade entre lésbicas é ainda um fantasma que passa por muita gente.

O mito e o culto da virgindade em termos médicos continua patente no conceito de penetração - pode ter-se a actividade com os genitais que se quiser, mas a mulher é considerada virgem se não tiver havido penetração do hímen pelo pénis. O controle social da sexualidade que se traduz pela maneira como nos expressamos para descrever a sexualidade feminina está cheia de conceitos que só são aplicáveis à sexualidade masculina; falta uma linguagem da sexualidade das mulheres e entre mulheres; a forma de representação dos genitais femininos é a negação daquilo que é a sexualidade feminina; nos livros de texto e de ensino sobre a anatomia dos genitais está representada a vagina, o útero e os ovários, que serão os órgãos da fertilidade das mulheres, mas nunca está assinalado o clítoris, que é o órgão genital de excitação e prazer feminino. A educação sexual tem de ter em conta a especificidade feminina, a explicação de técnicas de masturbação e de erotismo,

o papel do clítoris na sexualidade, os direitos reprodutivos, os direitos das relações do mesmo sexo, a eliminação da violência e do abuso sexual.

ESCOLHER E ACABAR COM O ESTÉREOTIPO

Uma educação baseada na auto-afirmação abolirá a passividade e permitirá que a mulher possa fazer as suas escolhas sexuais sem imposições de normas ou conceitos sociais.

A 1ª questão que as feministas colocam será ainda - o que é a sexualidade, o que significa sexo, como, com quem e com que consequências para quem?

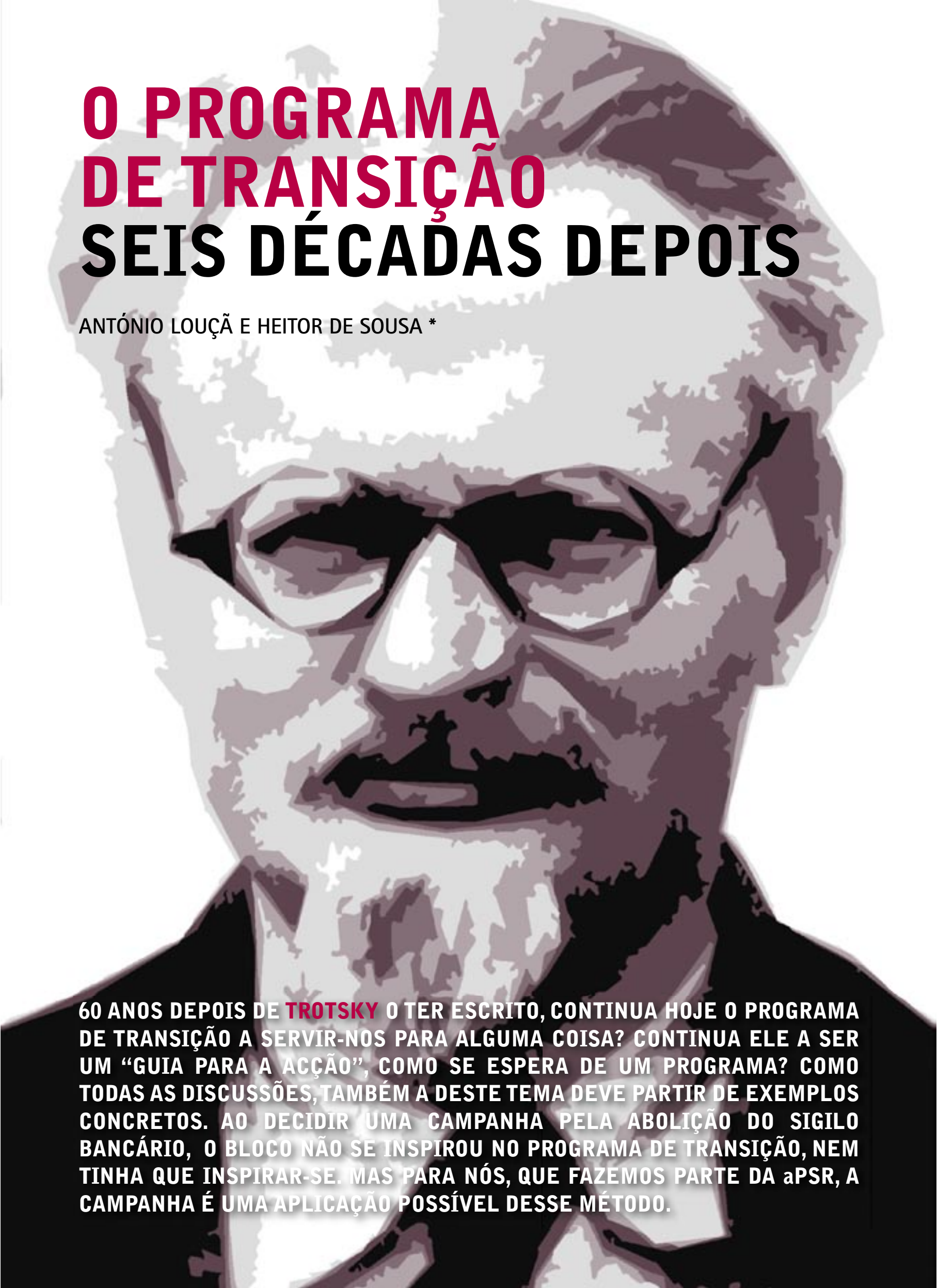
Embora as diferentes correntes feministas possam ter diferenças em relação à sexualidade feminina, parece assente que para a libertação social das mulheres é necessário acabar com os estereótipos de género. Sendo o género uma construção social, tal como afirmava já Simone de Beauvoir em 1949 - “não se nasce mulher; tornamo-nos mulheres”. Sejam quais forem as divergências entre feministas, é ponto de convergência um maior empenhamento dos homens nas tarefas com os filhos, a necessidade de uma partilha do público e do privado e a aceitação da homossexualidade como escolha com igualdade de direitos.

Mas sendo hoje já possível separar na sexualidade o prazer da fertilidade, pode como fazia Júlio Machado Vaz, perguntar-se ainda hoje : o que é sexo a mais; haverá sexo a mais?

E se ligamos a sexualidade feminina à intimidade, sensualidade, afectividade, será que todas as mulheres se revêem nestes conceitos? Helen Kaplan, a mulher que introduziu a fase do desejo na resposta sexual, defendia que as mulheres, tal como os homens, eram capazes de apreciar relações sexuais transitórias.

Isto mostra que vivemos numa sociedade demasiado próxima da que questionamos e mesmo que as feministas ponham em causa os mitos da sexualidade feminina, e tenham abalado o poder patriarcal, muitas das decisões e escolhas trazem arastados sentimentos educacionais e culturais e implicam roturas constantes que se vão fazendo ao longo da vida.

* Ana Campos é ginecologista com mestrado em Sexologia
anacampos@combate.info



O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO SEIS DÉCADAS DEPOIS

ANTÓNIO LOUÇÃ E HEITOR DE SOUSA *

60 ANOS DEPOIS DE **TROTSKY** O TER ESCRITO, CONTINUA HOJE O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO A SERVIR-NOS PARA ALGUMA COISA? CONTINUA ELE A SER UM “GUIA PARA A ACÇÃO”, COMO SE ESPERA DE UM PROGRAMA? COMO TODAS AS DISCUSSÕES, TAMBÉM A DESTE TEMA DEVE PARTIR DE EXEMPLOS CONCRETOS. AO DECIDIR UMA CAMPANHA PELA ABOLIÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO, O BLOCO NÃO SE INSPIROU NO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, NEM TINHA QUE INSPIRAR-SE. MAS PARA NÓS, QUE FAZEMOS PARTE DA aPSR, A CAMPANHA É UMA APLICAÇÃO POSSÍVEL DESSE MÉTODO.

O PROGRAMA E A CAMPANHA CONTRA O SEGREDO BANCÁRIO

Não se derruba o capitalismo por se abolir o segredo bancário? Pois não. Em alguns países o capitalismo até funciona melhor sem esse segredo e com um fisco em consequência mais eficaz? Pois funciona. Significa isso que lutamos para melhorar o funcionamento do capitalismo português? De maneira nenhuma.

Em primeiro lugar, é muito duvidoso que a burguesia portuguesa, cada vez mais atrasada e parasitária, vá ganhar um lugar no pelotão da frente por aceitar com séculos de atraso o modelo de fiscalidade que ajudou a burguesia norte-americana a tornar-se a mais poderosa do mundo. Esta é uma reforma que chega demasiado tarde para alterar a hierarquia do mundo imperialista.

Em segundo lugar, o mais importante: esta reforma democrático-burguesa não será introduzida pela burguesia, mas contra ela. Os Jardins, os donos da bola, os donos da banca, todos os caloteiros milionários, têm resistido a qualquer pequeno acréscimo de transparência e responsabilidade no sistema. Se esse acréscimo vier a impor-se, será uma derrota para eles. E será, principalmente, uma vitória para os e as contribuintes que todos os meses vêem retido o IRS no salário, para os e as utentes de serviços públicos que vêem esses serviços empobrecer-se e degradar-se devido à evasão fiscal da burguesia.

Todas estas pessoas não expressaram até aqui o seu interesse na transparência fiscal, a não ser ocasionalmente em alguma sondagem ou, mais concretamente, ao assinarem a petição que lhes propusemos. A luta pela abolição do sigilo bancário exigirá certamente mais do que isso: assinaturas que conduzem a debates parlamentares, a manifestações, a protestos contra a anunciada subida do IRS. Qualquer vitória parcial como esta exige um processo multifacetado de acções de massas. Se se consegue o objectivo, marca-se um ponto importante na luta de classes.

Mesmo que, hipoteticamente, o sistema fique a funcionar melhor, não será isso a apagar o significado da vitória parcial obtida com a mobilização. A luta pelo socialismo não consiste em sabotar o funcionamento do capitalismo, não consiste numa política de terra queimada nem no “quanto pior, melhor”. A luta pelo socialismo consiste antes de mais em construir uma alternativa e em criar corrente em torno dela.

A relação entre a campanha do BE e o Programa de Transição não reside no facto, em parte fortuito, de aí também ser mencionada uma consigna parecida (abolição do segredo comercial), e sim nesta capacidade mobilizadora, em que apostámos ao lançar a campanha. Não existem palavras de ordem mágicas, nem as do Programa de Transição, nem nenhuma outras. Não há medidas que, introduzidas sub-repticiamente por um legislador inteligente, corroam os alicerces do capitalismo sem se dar por isso, como Ferdinand Lassalle chegou a acreditar. Há palavras de ordem mobilizadoras e outras que não o são.

O PROGRAMA E A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

Durante algum tempo, os partidos do regime objectaram contra a abolição do segredo bancário com o argumento de que isso provocaria uma massiva fuga de capitais para o estrangeiro. Agora reconhecem que a reivindicação ganhou considerável popularidade e colam-se parcialmente a ela para poderem manipulá-la e desvirtuá-la. No fundo, a burguesia continua a ter grande interesse no secretismo dos seus negócios escuros e poderá, efectivamente, promover uma fuga de capitais se o dito secretismo for questionado. Esse não é, contudo, um motivo para nos inibirmos de reivindicar a abolição do segredo bancário e sim, pelo contrário, para prepararmos a sequência de uma luta com vários capítulos estreitamente ligados.

O capital que só vive na fraude, que viola a própria lei burguesa e constitui um factor de desorganização social, coloca assim na ordem do dia a sua própria expropriação. Quem vai para o mar, bater-se por uma fiscalidade transparente, deve aviar-se em terra. Iniciar essa luta é coisa que não deve fazer-se com o espírito de dar uma mera pedrada no charco. Deve fazer-se com a plena consciência das prováveis respostas do adversário e com a disposição de lhes tolher o passo. Para isso serve um programa que encara o processo na sua totalidade dinâmica e inclui, nomeadamente, a nacionalização da banca. Para isso deve servir também uma direcção revolucionária capaz de aplicar o programa, invocando com um acertado sentido do *timing* toda a panóplia de reivindicações nele contida.

Mas tão-pouco a nacionalização da banca pode ser encarada como uma varinha de condão para todos os problemas. Em Portugal já assistimos a uma, em 1975. Ela foi muito mais traumática para a burguesia do que a abolição do sigilo bancário. Há trinta anos, tratou-se de dar uma machadada no poder económico dos golpistas do 11 de Março, dificultando-lhes a organização de novas aventuras do género. Mas esse magnífico resultado da pressão das massas em breve se encontrou desvirtuado pela inexistência de um governo conselhistas, de democracia directa, capaz de decidir, em função das necessidades da população, o que fazer com o capital expropriado. Era a confirmação da advertência de Ernest Mandel (citando Saint-Just), num discurso pronunciado em Lisboa poucos dias depois do 25 de Abril de 1974: “Os revolucionários que fazem meia revolução, cavam a sua própria sepultura”. E a metade mais importante, aquela que geralmente fica a faltar, é a tomada do poder.

Com o poder político burguês plenamente restabelecido no 25 de Novembro, e com o marasmo pós-revolucionário dos anos 80, a nacionalização acabou por ser esvaziada do seu significado. Aí, os vários governos social-democratas e direitistas tiveram suficiente paciência para ir restaurando gradualmente o velho poder económico, pondo os bancos nacionalizados a emprestar dinheiro barato aos novos bancos privados. Durante vários anos, Mário Soares continuou a defender formalmente que a banca permanecesse nacionalizada: esse estado de coisas servia-lhe perfeitamente como fórmula

Não existem palavras de ordem mágicas, nem as do Programa de Transição, nem nenhuma outras. Não há medidas que, introduzidas sub-repticiamente por um legislador inteligente, corroam os alicerces do capitalismo sem se dar por isso

“de transição” invertida, de transição para o quadro actual, em que o poder da banca privada se restabeleceu nos termos mais despidorados.

O PROGRAMA E O AUMENTO DA IDADE DE REFORMA

Uma outra reivindicação do Programa de Transição é a escala móvel de horas de trabalho: o tempo de trabalho necessário à existência da sociedade deve ser dividido pelos braços disponíveis. Trata-se de um princípio da planificação socialista da economia, como tal apenas realizável num quadro global de transformação revolucionária. Mas, aqui, ele surge como resposta imediata ao agravamento galopante do desemprego.

O Programa assume, na linha de continuidade do “Manifesto Comunista”, o ponto de vista do conjunto dos e das trabalhadoras, começando por combater energicamente a transformação dos desempregados numa casta de intocáveis, segregada do resto da classe – segundo Trotsky um perigo mortal que só poderia conduzir ao fascismo. No acesso ao emprego, não podem ser discriminados os jovens a favor dos veteranos, não podem ser discriminadas as mulheres a favor dos homens, não podem ser discriminados os e as imigrantes a favor dos trabalhadores nacionais. A palavra de ordem que se levanta para combater essas fracturas múltiplas no seio da classe operária é a escala móvel de horas de trabalho.

Na Europa de hoje, a actualidade deste método vê-se confirmada por um novo factor: desde a coligação social-democrata/verde na Alemanha à coligação direita/extrema-direita em Portugal, vários governos iniciaram uma campanha pela elevação da idade de reforma com o pretexto de que o aumento da esperança média de vida está a tornar a segurança social insustentável. Pouco importa que, na verdade, esses governos neo-liberais continuem a querer atirar os trabalhadores para a pré-reforma, e a querer substituí-los por jovens precários, pagando pensões de reforma mais baixas a uns e salários mais baixos a outros. A questão é que o aumento da produtividade, muito mais dinâmico que o da esperança de vida, leva precisamente à conclusão oposta: deveria descer o número de horas de trabalho por dia, de dias por semana, de meses por ano e de anos por vida de trabalho, porque hoje se produz muito mais em muito menos tempo. Combater o desemprego, distribuindo para isso as horas de trabalho necessárias pelos braços

disponíveis, obriga hoje a aumentar a duração das férias e a reduzir a idade de reforma por inteiro.

Claro que, numa situação em que aumenta a percentagem da população idosa, estas conquistas só serão possíveis se se impuser também uma escala móvel de salários.

Os salários não devem apenas indexar-se à subida do custo de vida, segundo a formulação defensiva que as circunstâncias da altura impuseram ao núcleo fundador da Quarta Internacional. Hoje, até mesmo numa lógica defensiva, pode-se ajustar a própria lógica de revisão automática dos salários, sempre que se alteram as condições de “contrato social”, seja este explícito ou implícito, na formulação das políticas económicas.

Atente-se, por exemplo, na importância que o patronato italiano, durante anos a fio, atribuiu à abolição da revisão automática semestral dos salários de acordo com a alteração do índice do custo de vida oficial; ou veja-se, também, o “argumentário” criado pelo anterior governo de Santana Lopes, em Portugal, que aprovou legislação (ainda em vigor!), impondo a revisão do preço dos transportes, de acordo com a subida do custo dos combustíveis, em cada período de três meses. A esta medida do governo da direita ter-se-á de opor consequentemente, uma exigência de revisão automática dos salários no mesmo período e no mesmo sentido, até porque o custo dos combustíveis nas empresas rodoviárias de transporte tem exactamente o mesmo peso que as despesas de transporte têm nas despesas mensais das famílias em Portugal, ou seja, cerca de 20% do total. Logo, se uma variação de preço no custo duma rubrica que, em termos de custos totais por quilómetro produzido, valendo 20% do custo total, obriga a uma revisão trimestral do preço dos transportes (que as famílias têm de pagar!), então essa mesma variação de preço nos transportes exige igual revisão nos salários.

Também noutra plano da questão da escala móvel dos salários, será necessário quebrar a lógica de distribuição da riqueza que, nos últimos anos, tem feito absorver pelos patrões todos os ganhos de produtividade e mais alguns. Só com o aumento dos salários reais haverá um aumento dos descontos para a segurança social na mesma proporção. Esse aumento é portanto a condição *sine qua non* para a sustentabilidade da segurança social e para o aumento dos tempos livres – também por esse motivo uma reivindicação transitória fundamental.

Combater o desemprego, distribuindo para isso
as horas de trabalho necessárias pelos braços disponíveis,
obriga hoje a aumentar a duração das férias e a reduzir
a idade de reforma

O PROGRAMA E A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Antes ainda de existir o Programa de Transição, o seu método tinha sido aplicado aos países atrasados e dependentes. As teses da revolução permanente, precursoras do Programa, assentavam no postulado básico de que, no século XX, as burguesias dos países coloniais se teriam tornado incapazes de lutar pela independência de nações subjugadas. Teriam que ser revoluções proletárias ou, eventualmente, camponesas a assumir essa tarefa historicamente iniciada pelas revoluções burguesas, bem como a da reforma agrária e a de criar as instituições formais da democracia. Mas, ao dar-se essa passagem de testemunho, o novo sujeito histórico tendia a combinar as tarefas da revolução democrático-burguesa com as que a ele mesmo lhe diziam directamente respeito: a expropriação de interesses do imperialismo e de uma burguesia cipiaia cúmplice deste. Lutar seriamente pela democracia e pela indepen-

dência surgia, assim, como meio caminho andado para lutar pelo socialismo.

Com a vaga descolonizadora do pós-guerra, criou-se uma ilusão de independência dos novos países africanos e asiáticos. E, para além de uma retórica socialista superficial, era óbvio que esses países não estavam em vias de construir, como se espera do socialismo, qualquer forma de organização social superior às do capitalismo. As teses da revolução permanente pareciam sofrer um desmentido, pelo menos até ver.

Hoje, a desenfreada ofensiva do imperialismo, com ocupações militares num número crescente de países, destroem esta ilusão evolutiva e etapista. A História não é uma sucessão de progressos – primeiro a independência política, depois a independência económica, depois o socialismo. As vitórias parciais dos povos em luta rapidamente são destruídas se não

O CONTEXTO EM QUE SURGE O PROGRAMA DE

O Programa de Transição deve também ser bem compreendido à luz do contexto histórico em que surgiu. Sobretudo, importa considerar a interpretação das sucessivas experiências de fracassos e derrotas históricas da esquerda revolucionária e da classe operária à escala mundial, especialmente nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Na época da elaboração do Programa de Transição, assistia-se sucessivamente à derrota do proletariado alemão (com o ascenso do nazismo), à derrota do proletariado italiano (com a ascensão do fascismo italiano), à derrota da revolução espanhola (e à vitória de Franco), ao fracasso da Frente Popular em França, aos recuos observados no proletariado inglês, etc. Essa sucessão, em grande parte em resultado dos sucessivos erros ultra-esquerdistas e direitistas protagonizados pelos partidos comunistas, sob a orientação da IIIª Internacional caduca (formalmente dissolvida por Estaline, na sequência dos acordos de Yalta) e que acabaram por conspirar para as vitórias da burguesia, e que, no plano interno da URSS, coincidiu com a mais feroz das repressões e assassinatos, na

sequência dos processos de Moscovo, criou um contexto histórico em que os revolucionários (mais tarde, alguns deles, na IVª Internacional) se encontravam em correntes muito minoritárias ou então, confrontavam-se com a emergência de algumas correntes de trabalhadores, sindicalistas, cisões de PCs, a que estavam obrigados a responder num contexto de pré-guerra mundial e no meio duma crise social internacional cuja profundidade e efeito nos trabalhadores não parava de aumentar.

Portanto, é uma resposta política à situação mundial que se vivia, por parte de quem tinha vivido e atravessado as experiências fracassadas anteriores. Em certo sentido, até mesmo nalgumas características da própria abordagem à crise política que o sistema capitalista atravessava, o Programa de Transição repetiu até alguns dos erros que o Manifesto Comunista, quase um século atrás, incluiu no seu conteúdo. Essencialmente, o mesmo tipo de “determinismo económico” na análise e previsibilidade da “derrocada iminente” do sistema, para quem a guerra – com toda a reorientação que o complexo

As vitórias parciais dos povos em luta rapidamente são destruídas se não forem encadeadas numa estratégia de transformação do mundo. Essa estratégia tem que ser global, no tempo e no espaço

forem encadeadas numa estratégia de transformação do mundo. Essa estratégia tem que ser global, no tempo e no espaço. No tempo, porque o inimigo de classe reage a cada um dos pontos que marcam os movimentos sociais e vice-versa. No espaço, porque a transformação do mundo só pode ser mesmo do mundo todo.

Não se trata de pregar solidariedades internacionalistas utópicas. Raramente existiu no passado uma interligação tão forte, por exemplo entre os movimentos anti-guerra nos países imperialistas e os movimentos de resistência nos países ocupados. Sem a intervenção contra a “guerra preventiva” por parte do povo de Seattle, Génova, Sevilha, dificilmente a resistência iraquiana teria ultrapassado o nível de um combate de retaguarda. Por outro lado, a eficácia demolidora tantas vezes demonstrada pela resistência iraquiana realimenta o ânimo dos e das manifestantes anti-guerra e anti-ocupação no resto

do planeta e cria graves dificuldades à dupla Bush-Blair para uma escalada contra o Irão ou a Síria.

Também aqui reencontramos o postulado essencial do Programa de Transição. Impedir um genocídio no Médio Oriente, pôr-lhe cobro onde ele já começou, é uma palavra de ordem das mais minimalistas. Que outra coisa mais elementar, do que travar uma carnificina sem sentido? E, no entanto, nada disto parece possível sem um combate impiedoso contra os senhores do mundo que aponta, em última instância, ao seu derubamento e à instauração de órgãos de governo resultantes dos movimentos sociais. Com estes vários exemplos actuais se confirma que não existe, nesta época em que vivemos, uma muralha da China entre reivindicações mínimas e máximas. Quem quer lutar consequentemente pelo pão de cada dia deve estar disposto a lutar pelo socialismo. Inversamente, quem quer transformar a sociedade, deve estar disposto a encabeçar todas as lutas, desde as mais modestas às mais grandiosas.

* António Louçã é historiador. antonio@combate.info

Heitor de Sousa é economista de transportes. heitor@combate.info

TRANSIÇÃO

militar-industrial impôs à evolução do próprio sistema – foi a melhor resposta à crise estrutural do sistema. Resposta essa que, aliás, se confirma hoje pela natureza das próprias guerras de agressão que o império norte-americano continua a escolher como método de afirmação da sua hegemonia e controlo sobre os recursos estratégicos do planeta.

Neste contexto, o Programa de Transição, embora seja uma actualização de várias das linhas programáticas aprovadas nos quatro primeiros Congressos da IIIª Internacional, especialmente do ponto de vista da dialéctica dos sectores da revolução mundial, configurava-se como um instrumento transformador da própria abordagem da realidade política e social, que deveria ajudar os caminhos da construção de partidos políticos revolucionários em contexto de crise pré-revolucionária. Daí que se observe uma grande insistência, na defesa de formas organizativas de luta que poderiam, se criadas e bem dirigidas, constituir-se como os verdadeiros alfobres da revolução que estava aí – os Comitês de Fábrica, organizações de classe, independentes dos sindicatos.

E apesar de se saber o resto da história, não deixa de ser sintomático que em situações pré-revolucionárias que se repetiram desde a II Grande Guerra, várias dessas evoluções que Trotsky previa para as organizações de classe dos trabalhadores, foram em geral confirmadas pela experiência das lutas, como muitos certamente se lembrarão ao olhar hoje para a experiência do surgimento e evolução das Comissões de Trabalhadores, em Portugal ou no Maio de 68, em França.

Esses factos, apenas confirmam o carácter metodológico que o Programa de Transição também inclui. Em vários pontos fundamentais das suas propostas, o Programa de Transição constitui um elemento de referência indispensável para a identificação de propostas políticas e de caminhos que podem constituir-se em alavancas para os sujeitos da luta política revolucionária (neste sentido preciso, as vanguardas revolucionárias) e para a maturação da consciência política anti-capitalista nos povos e nações do mundo inteiro.

AL/HS



O CONTINENTE MORTO-VIVO

MAMADOU BA E NUNO MILAGRE *
ILUSTRAÇÃO DE LUÍS DA SILVA

A dívida constitui uma das principais causas da pobreza que afecta mais de dois terços da população africana e um dos principais mecanismos perenes de dominação, de exploração e de pilhagem de África

NEPAD: PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA OU APENAS UM “LIFTING ECONÓMICO”?

Para muitas boas consciências dos países do Norte, o continente africano é como aqueles cadáveres mumificados que alguns já viram nas suas visitas turísticas às pirâmides egípcias, ou se não viram, ouviram falar, e cuja existência não incomoda nem assusta muito, porque é quase inodora. No entanto, essa imagem aterradora permanece viva nas nossas mentes, pois não se trata de um fantasma, mas sim de uma realidade.

Se por um lado, uma análise objectiva da situação actual do continente mostra que a mumificação deste cadáver falhou; por outro, num contexto de globalização mais devastadora, revela-se evidente que o alheamento em relação ao drama do continente africano e a tentativa dos poderes transnacionais e nacionais de ocultar a verdadeira situação do continente já não são sustentáveis.

Celebrados os salamaques das pseudo-independências africanas, o processo neocolonial pôs-se em marcha, assumindo então o discurso do desenvolvimento e da democratização do continente e as novas nações viram-se entregues outra vez ao seu antigo carrasco colonial, reciclado em parceiro económico-diplomático preferencial: as antigas potências imperialistas apoiam-se nas burguesias locais e nos regimes autoritários e corruptos do continente, numa aliança fraterna e compensadora para as ex-colónias e suas multinacionais associadas e para os regimes sujos que limpam a sua imagem a nível internacional.

A independência política que devia trazer não só a independência económica, mas também a participação em pé de igualdade no xadrez geopolítico das nações livres, não passa de um artifício. Como se se tratasse de uma ironia da História, as forças que outrora lutaram pelas independências compactuam ou são subjugadas pelo neocolonialismo imperialista das antigas potências coloniais. Num tom quase premonitório, Frantz Fanon dizia: “A burguesia nacional descobre a missão histórica de servir de intermediário. Como se vê, não se trata de uma vocação para transformar a nação mas trata-se prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado e camuflado, usando hoje uma máscara neocolonial”

Esta “máscara neocolonial” continha e ainda contém duas novas receitas do menú imperialista que se configuram em dois momentos políticos estruturantes na realidade trágica vivida hoje em África: economia de mercado e democratização.

DO “AJUSTAMENTO ESTRUTURAL” AO ENDIVIDAMENTO INFERNAL

O primeiro momento estabeleceu-se com a formação e a manutenção de uma burguesia local e o segundo construiu-se durante duas décadas (70-80) com a chamada política de ajustamento estrutural, entretanto ressuscitado e assumidamente neoliberal – a NEPAD.

As Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) coincidem com uma das mais profundas crises do capitalismo depois do fim dos “trinta gloriosos”. Com o choque petrolífero e perante a incapacidade orgânica das burguesias imperialistas de evitar o colapso do sistema capitalista. Assim, apoiado nas elites locais, o capitalismo imperialista procura alargar o modelo fordista também para a periferia. Começou então a deslocação da estratégia económica neoliberal para África.

As PAE foram concebidas e impostas pelo grande capital através das instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI, sediados em Washington. As PAE foram essencialmente a estratégia que o imperialismo encontrou para impor a doutrina neoliberal em África, ou seja, incitou à privatização acabando assim com muito do serviço público, rentabilizando a especulação do endividamento crónico e cíclico de África para manter a alienação da economia africana.

Com esta política, o continente que tinha acabado de sair de complexos processos de descolonização, viu adiados todos os projectos programáticos de desenvolvimento socio-económico que os movimentos de libertação nacional encarnavam.

O aspecto mais estruturante destas políticas é a dívida externa. A dívida constitui uma das principais causas da pobreza que afecta mais de dois terços da população africana e um dos principais mecanismos perenes de dominação, de exploração e de pilhagem de África.

Em termos concretos, pagar a dívida proporciona a manutenção do endividamento cíclico de África: o continente honra os seus compromissos perante os credores e estes dispõem de um mercado de fundos. Em resumo, é um círculo vicioso em que já não é o continente africano que depende da dívida mas é o sistema capitalista internacional que se apoia no sistema de endividamento cíclico de África.

A estratégia da dívida serviu basicamente dois propósitos: manter toda a estrutura sócio-política da dominação colonial e criar os alicerces de um modelo político-económico neoliberal

Através deste mecanismo de concessão de novos empréstimos para pagar velhos empréstimos, assistimos, ao contrário do que é dito pelas instituições de Bretton Woods, a uma transferência brutal de capital de África para o Ocidente.

A dívida constitui uma parte essencial desta transferência. África transferiu, entre 1980 e 2000, 13 a 14 mil milhões de dólares por ano aos seus credores bilaterais e multilaterais. Há uma transferência em valor absoluto de cerca de 193 mil milhões de dólares dos países do sul para os países do norte. Segundo estudos que existem sobre a matéria, esta transferência avizinha-se agora a uma média de 100 mil milhões anuais, contando com os fundos desviados e depositados em bancos ocidentais pelos regimes autocráticos do continente com a cumplicidade da banca e poderes ocidentais.

As taxas de atraso de pagamento constituem cerca de 30% do total da dívida. Não resta margem para dúvidas que a dívida é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico e social do continente.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio Economia e Desenvolvimento calculou que, entre 1980 e 2002, enquanto a dívida de África se multiplicou por 3,5 o serviço da dívida multiplicou-se por 4,2.

É evidente que a parte substancial da política do endividamento cíclico e crónico de África foi sempre e ainda hoje é mais do que uma alavanca para a uma estratégia económica neoliberal que não só serviria para equilibrar a balança de pagamento dos países africanos mas que sobretudo potenciaria as exportações do norte para o continente africano. Havia e há a necessidade de ligar o mercado africano ao mercado mundial: empurrando as economias africanas para um modelo exportador ou seja para a dilapidação das suas matérias-primas sem incentivo da indústria transformadora e consequente criação de emprego. Esta lógica, porém, colocou os países africanos numa concorrência económica destrutiva do ponto de vista social e económico – desbaratando as matérias-primas e provocando assim a queda dos seus preços.

A estratégia da dívida serviu basicamente dois propósitos: manter toda a estrutura sócio-política da dominação colonial e criar os alicerces de um modelo político-económico neoliberal.

A manutenção da estrutura da dominação colonial assen-

tava na fragilização e na estrangulação das economias africanas e a sua subsequente dependência orgânica das economias ocidentais e das suas regras. Isto operou-se através da desvalorização dos preços das matérias-primas, da sobrevalorização ou da subvalorização da moeda consoante a flutuação dos mercados e reservas monetárias dos mercados cambiais do império e pelo desinvestimento nos sectores da educação e da saúde.

Por outro lado, a criação e o fortalecimento de uma burguesia local para assegurar o projecto neoliberal no continente sustentou-se pela manutenção de regimes corruptos e oligárquicos, pela instrumentalização dos conflitos e das lutas sociais, com uma forte militarização das instituições, pela privatização dos serviços públicos e redução drástica do Estado redistributivo, confinando-o ao papel de mero gestor financeiro das empresas públicas privatizadas.

A estratégia posta em prática nos últimos quarenta anos em África, mostra que a dívida é eticamente injustificável e ilegítima, economicamente inviável e politicamente insustentável e imoral.

Mas entre esta primeira investida do imperialismo neocolonial e a actual consagração do neoliberalismo global, houve um período de crise profunda do capitalismo rentista e especulativo do ciclo da dívida. Quando nos meados dos anos oitenta e início da década de noventa, muitos países africanos estiveram numa situação de insolvência económica, impossibilitados de cumprir o pagamento das dívidas, inventou-se o chamado “consenso de Washington” para salvar custe o que custar o modelo neoliberal no continente.

Esta crise do capitalismo em África só pôs a nu a ilegitimidade das instituições de Bretton Woods, mas sobretudo obrigou-as a uma posição defensiva. Foi assim que, em vez de reconhecer o fracasso do modelo de endividamento e saque das matérias-primas do continente para suportar o fardo da dívida, procuraram encontrar a causa na má governação, sobretudo económica. Trata-se de reajustar o próprio programa de ajustamento estrutural, impondo a criação de condições legais para as políticas económicas neoliberais. E a burguesia local encarregou-se de rectificar o tiro.

OS LABIRINTO DAS PIRÂMIDES E DOS PLANOS

A rectificação deste tiro passa por uma avalanche de planos de “salvamento” do continente, um atrás de outro, ago-

O surgimento da NEPAD contraria os esforços ainda que tímidos da comunidade internacional para reparar as injustiças do sistema económico mundial que marginaliza África

ra também Tony Blair apareceu com o seu plano para salvar África. No entanto, o surgimento excessivo de planos nunca decorria de uma verdadeira avaliação dos planos precedentes. Surgem apenas numa expressão conjuntural dos vários centros de interesses do império e da necessidade de cada bloco político africano de gerir a sua zona de influência no mapa geopolítico do continente. Neste ambiente de proliferação de planos de desenvolvimento voltamos a ter em cima da mesa, o MAP, defendido por Mbeki e o Omega defendido por Abdoulaye Wade do Senegal.

Entretanto, a Organização da União Africana confia aos chefes de Estado da Nigéria, Olesogun Obasanjo; da África do Sul, Thabo Mbeki e da Argélia, Abdel Aziz Bouteflika a missão de negociar com o G8 a anulação da dívida do continente na cimeira de Junho de 2000 no Japão. Esta estratégia apoiava-se na necessidade de elaborar um programa de desenvolvimento de África, chamado MAP, Millenium African Plan, defendido pela “African Renaissance” e apadrinhado pela ONU como uma ambição estruturante de um projecto político panafricano.

No contexto da globalização liberal, a “African Renaissance” não foi encarada por muitos sectores da sociedade africana como um projecto de construção de um panafricanismo alternativo.

De um ponto de vista geopolítico, a África do Sul pós-apartheid consolida-se como uma potência económica, militar e financeira e posiciona-se como o centro de reorganização do espaço sócio-político africano para se constituir como pólo incontornável da liderança continental que oscilava até agora entre a Líbia e a Nigéria.

O regresso de Khadafi ao terreno diplomático, o surgimento do movimento da “African Renaissance” e sobretudo a reestruturação do mapa geopolítico da África podiam pôr em causa o avanço da estratégia económica ultra-liberal, comprometendo assim o modelo de dominação dos países africanos pelas potências ocidentais.

De facto, o plano Omega, no fundo, era uma estratégia política de diluição das exigências da anulação da dívida, como pretendia, entre outras ambições a “African Renaissance”, aproveitando para impor uma aceitação social do liberalismo como a única modalidade viável de desenvolvimento para o continente.

Nos escuros labirintos das negociações trans-continetais, onde poucos homens brancos e negros jogam a vida de milhões de pessoas, deu-se a fusão destes dois planos, dando lugar ao da Nova Parceria Para o Desenvolvimento de África, mais conhecido pelo seu acrónimo inglês – NEPAD, que traduz as evoluções ditadas pelo G8 e pelas instituições financeiras internacionais no sentido de definir um quadro político cada vez mais expurgado do referencial progressista da “Renaissance Africaine”, que o movimento social africano já reiterara em varias ocasiões. A concepção deste modelo de desenvolvimento e a estratégia política que o suporta são totalmente compatíveis com as exigências do Consenso de Washington e de Monterrey que se baseiam na desregulamentação das economias e no fim do proteccionismo, mas isto só é válido para a agricultura africana, pois na Europa e América continua-se a subsidiar os agricultores.

O surgimento da NEPAD contraria os esforços ainda que tímidos da comunidade internacional para reparar as injustiças do sistema económico mundial que marginaliza África aumentando cada vez mais o fosso entre os povos africanos e o resto do mundo.

Aparentemente trata-se de um plano para o desenvolvimento duradouro, a paz, a democracia, a segurança, a satisfação das necessidades infraestruturais: na educação, na agricultura, na água, na cultura e na inovação tecnológica. Mas na realidade, os meios previstos para levar a cabo tal plano hipotecam seriamente o futuro do continente, pois trata-se de uma adaptação dos programas de ajustamento estrutural regionais à escala continental. Os PAE são de facto uma pílula indigesta que a maioria dos países africanos engolem desde a década de oitenta para reembolsar a sua dívida. O Plano é totalmente omissivo quanto à questão da dívida. Nestas últimas décadas, os PAE, sugaram a África as suas riquezas, administrando medidas ultra-neoliberais como a abertura dos mercados, a promoção das exportações das matérias-primas e a privatização do sector público. Como diz Sanou M'baye, economista senegalês, a NEPAD é um subterfúgio porque, por exemplo, neste plano não se esclarece como se pretende resolver o deficit que existe entre o orçamento previsto e as verbas realmente necessárias para concretizar o projecto. Estão previstos cerca de 64 mil milhões de dólares anuais para financiar o plano, mas desse dinheiro, prometido na forma de investimento estrangeiro maioritariamente privado, nunca mais houve sinal, passada a euforia da definição das “metas ambiciosas”. Uma coisa é certa: tanta ambição não chegaria



O PARQUE JURÁSSICO

UM PEQUENO périplo visitando alguns dos poderes eternizados em África: monarquias ao jeito medieval, ditaduras chamadas de democracias multipartidárias, gerais legitimados por golpes de estado; forças políticas ou religiosas que simplesmente se consideram designadas para dirigir países ad eternum. Algumas parecenças unem estes estados independentes: a irremediável miséria em que vive a maioria da população e a intransigência na defesa da integridade do território nacional, vulgo, as fronteiras artificiais delineadas pelos antigos poderes coloniais.

Desde que não levem a cabo genocídios dignos de *prime time* televisivo, estes poderes são tolerados ou até encorajados pelos EUA e União Europeia. Pedimos desculpa, aos seus chefes de Estado, por não estarem aqui contemplados países com regimes tão bondosos e desinteressados como a Argélia, o Gabão, o Egipto, o Togo ou o Uganda, entre outros.

ANGOLA

O MPLA está no poder desde a independência, 1975. Em sistema de partido único, José Eduardo dos Santos foi eleito Presidente da República em Setembro de 79. Só voltou a haver eleições em 1992, a segunda volta da votação não se realizou, José Eduardo dos Santos continuou o seu reinado e a guerra com a UNITA recomeçou. Os 27 anos de guerra civil terão feito mais de 4 milhões de refugiados e deslocados e justificaram tudo o que não foi feito pelas populações na miséria: 70% vive abaixo do limiar de pobreza num país pleno de riquezas e recursos naturais onde 1 de 4 mil milhões de dólares de receitas anuais do petróleo nem chegam a entrar nas contas públicas. A esperança média de vida é de 36 anos e meio. Os movimentos pró-independência em Cabinda são reprimidos pelas forças armadas e pelas seguranças privadas das multinacionais do petróleo.

MOÇAMBIQUE

Eleito em Dezembro de 2004, Armando Guebuza sucedeu a Joaquim Chissano que esteve 18 anos como presidente da República, ambos da FRELIMO o partido no poder desde 1975. Moçambique já esteve considerado como um dos países mais pobres do mundo, mas nas últimas décadas a situação melhorou, ao que não terá sido alheio o final da guerra civil em 1992; mas muito se encontra por fazer, o país vive na dependência da ajuda internacional e a maior parte da população continua a sobreviver da agricultura de subsistência e abaixo do limiar de pobreza. Num universo de 18 milhões de habitantes mais de um milhão e meio estão infectados com o vírus da Sida.

para as necessidades em áreas chave como a saúde, a educação ou a auto-suficiência alimentar ou para que daqui a 10 anos, até 2015, como estipulou a ONU na Conferência Mundial de Durban sobre o desenvolvimento sustentado, se possa tirar África da pobreza crónica em que está mergulhada desde há décadas.

A CONSAGRAÇÃO DO SAQUE

Mas a múmia, mesmo putrefacta, encerra em si várias riquezas, e é possível, cirurgicamente, extrair-lhe os recursos quase sem sujar as mãos.

Pode ler-se no texto da NEPAD: “as infra-estruturas em causa são as estradas, as auto-estradas, os aeroportos, os portos marítimos, os caminhos-de-ferro, as vias navegáveis e as instalações de telecomunicações”. Está claro que a criação de tais infra-estruturas deve ser precedida pela implementação consolidada de um quadro jurídico permissível à doutrina capitalista. Assim, também se lê: “com a assistência das instituições especializadas em cada sector, implementar quadros políticos e legislativos para encorajar a concorrência. Ao mesmo tempo criar novos quadros de regulação e consolidar a capacidade de formação das pessoas responsáveis pela regulação afim de promover a harmonização das políticas e das regulações para facilitar as conexões transfronteiriças e o alargamento do mercado”. A NEPAD visa abertamente, a dotação do continente das infraestruturas necessárias a um escoamento mais fluído das matérias primas, e não a criar as condições para um aumento substancial do nível de vida das populações. As comunidades que vivem nas zonas ricas em petróleo seguirão as suas vidas sem combustível, sem meios de transporte, sem electricidade em casa; as que vivem perto dos rios e lagos continuarão sem água canalizada e saneamento e a sofrer as consequências das cheias; quem vive em ecossistemas onde se desenvolvem espécies vegetais importantes para a indústria farmacêutica, continuará sem serviços de saúde nem acesso a medicamentos.

Grave é ainda a posição da NEPAD sobre a agricultura, um sector vital para a sobrevivência de milhões de pessoas em África. A NEPAD cola-se aos princípios da OMC e do Acordo de Cotonou que não fazem senão liquidar os pequenos produtores africanos e favorecer uma cultura latifundiária, promovendo a agricultura intensiva destrutora das culturas diversificadas de subsistência.

Assim, com esta estratégia, as perspectivas de exacerbação dos círculos viciosos tanto endógenos como exógenos que bloqueiam o verdadeiro desenvolvimento do continente têm

todas as hipóteses de se perpetuar enquanto este plano e a ordem económica mundial permanecerem sob a sua forma actual. A NEPAD tenta delinear um incentivo ao capitalismo periférico humanizante em parceria e em consonância com o capitalismo do centro.

Não é abordada também a questão da independência monetária do continente. Esta é por exemplo uma questão crucial para tirar o continente africano das malhas do imperialismo capitalista especulativo. Pois convém ao império que continuem a subir as flutuações do dólar, do euro e iene, perpetuando assim a dependência monetária face ao Ocidente. O que naturalmente agrada às multinacionais sobretudo as ligadas ao sector da banca.

Portanto, a afirmação, como está dito no texto da NEPAD, segundo a qual só com o liberalismo é que África deve e pode participar na mundialização para alcançar o primeiro mundo ao nível de desenvolvimento sócio-económico, não passa de uma aldrabice mistificadora do conceito de desenvolvimento.

Os peritos que redigem estes planos conhecem as estatísticas, mas concebem-nos deixando na margem do rascunho a metade da população africana que vive com menos de um dólar por dia, os 40 milhões de infectados com o vírus da Sida, a nova geração de milhões de crianças e jovens órfãos da Sida, a dificuldade de chegar a um centro de saúde porque não sobram 50 cêntimos no orçamento familiar para a deslocação. Como se põe no caminho do desenvolvimento um país com mais minas antipessoais no território que habitantes? Minas *made in* Itália, Inglaterra, Rússia. Desenham os projectos na falsa inocência de que o lucro dos contratos das concessões de exploração às multinacionais dos recursos naturais poderá vir a reverter para as populações? Como imaginam que os aeroportos e autoestradas poderão vir a ser úteis a quem não tem dinheiro nem para comprar chinelos?

As multinacionais que desde sempre souberam farejar estas oportunidades, saltam já por cima desta ocasião para seguir com a pilhagem dos recursos naturais deste continente num ambiente legalmente desregulado. Entretanto, os cortes drásticos no sector público reduzem tragicamente o acesso aos bens essenciais, nomeadamente à água, à saúde e à educação. A NEPAD é a consagração celebrada do imperialismo capitalista, pretendendo integrar plenamente o continente na mundialização neoliberal, favorecendo o fluxo de capitais e promovendo o saque das suas matérias-primas. O plano quer o desenvolvimento maciço de infra-estruturas exclusivamente para assegurar que as companhias desejosas de se apoderar

NIGÉRIA

Estado federal, de 36 estados com mais de 130 milhões de habitantes e cerca de 250 grupos étnicos, a Nigéria é composta por 50% de muçulmanos, 40% de cristãos e 10% de outras crenças tradicionais africanas. Independente desde 1960, desde o golpe de estado de 1983 foi governada por generais oriundos do norte, a zona do fundamentalismo por excelência. O poder voltou às mãos dos civis em 1999, com a ascensão de Olessegun Obasanjo do Peoples Democratic Party (PDP).

Hoje, o norte, outrora bastião dos generais, é o reduto dos governadores-ulemas, onde doze estados proclamaram, justamente em 1999, a Charia, a lei islâmica.

O fortalecimento do islamismo de Estado no norte da Nigéria deve-se por um lado ao falhanço da capacidade do Estado em redistribuir equitativamente os dividendos da venda do petróleo e por outro lado à manipulação de alguns sectores do exército expulsos do poder. Apesar de ser o sexto produtor mundial de petróleo, mais de metade da população nigeriana vive sem electricidade e sem infraestruturas nenhumas, e os níveis de pobreza aumentam. A população recorre ao mercado negro para ter acesso ao petróleo e à energia. Obasanjo procura não perder sobretudo o apoio da nova classe dirigente muçulmana na zona mais populosa.

Assim, na Nigéria de hoje, pode-se placidamente assistir à lapidação de mulheres, além de outras praticas sanguinárias próprias das leis da Charia.

SUAZILÂNDIA

O pequeno reino da Suazilândia, encravado entre a África do Sul e Moçambique teve a sua independência em 1968. É uma das monarquias mais antigas de África, Mswati III é o rei e chefe de estado desde 86. Os partidos políticos estão proibidos pela constituição. O rei nomeia o primeiro ministro e dois terços dos representantes do Senado assim como os juizes do Supremo Tribunal. É o país do mundo com a maior taxa de incidência do vírus da Sida, 40% da população está infectada. Alheado dos problemas dos seus súbditos, Mswati III, escolhe anualmente mais uma rapariga virgem para engrossar o seu harém pessoal.

ZIMBABWE

No poder desde 1980, Robert Mugabe pôs o seu país nas manchetes dos jornais de todo o mundo no ano 2000 quando levou a cabo a sua caótica e violenta reforma agrária que visava restituir aos negros as terras férteis até então exploradas pelos brancos. O processo, mesmo rejeitado em referendo, foi para a frente. Boa parte das terras foram entregues aos antigos combatentes pela independência e apoiantes do partido do poder ZANU-PF. A produção agrícola caiu 20%. O FMI deixou de apoiar o país devido ao não cumprimento de objectivos estipulados; o envolvimento no conflito da República Democrática do Congo fez dispendir milhões de dólares ao erário público e a inflação passou de 32% em 98 para 700% em 2004. Mais de um terço da população tem Sida. As forças de segurança reprimem com brutalidade os oponentes ao regime. A vitória fraudulenta e esmagadora de Mugabe nas eleições de Março permitir-lhe-á fazer alterações à constituição que reforçarão o seu poder contra todas as esperanças de um vislumbre de democracia.

dos recursos do continente o possam fazer com maior comodidade e num ambiente propício.

Marx não estava enganado, quando já no século XIX escrevia: “a descoberta das terras auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas em escravos, o seu enterro nas minas ou a sua extinção, o início da conquista e da pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de tapada comercial para a caça às peles negras, eis os procedimentos idílicos de acumulação primitiva que assinalam a era do capitalismo na sua aurora.” A NEPAD é o instrumento actual, herdeiro directo da velha estratégia da lógica da acumulação.

O perigo da implementação deste plano reside sobretudo no ataque feroz contra as classes mais desprotegidas: agricultores, mulheres, jovens e o que resta do operariado africano.

Nos países africanos a expansão capitalista teve mais efeitos perversos e trágicos do que no centro. No centro, por exemplo, durante algum tempo, e enquanto o Estado desempenhava mais ou menos o papel de redistribuição, conquistou-se algum progresso social, ao contrário do que acontecia na periferia como é o caso de África. Quanto maior ia sendo a investida imperialista em África, maior era a desestruturação

do tecido social. Saltou-se por cima da fase de estado-providência para acelerar o processo.

Qualquer projecto político sério deve incidir nos seus objectivos, a curto e médio prazo, na questão da libertação das mulheres. Está totalmente ausente neste plano o papel central das mulheres africanas que são mais de metade da população e que são a camada mais pobre e mais oprimida. Está patente a total ausência da abordagem das questões de democracia, uma questão tão central, como a do género em África, onde ainda subsiste fortemente a marginalização da mulher e a subsequente negação no acesso à igualdade. Este plano relega para as calendas gregas a luta contra a violência contra as mulheres, a erradicação das concepções e práticas patriarcais e sexistas muito arraigadas nas sociedades africanas. Todo e qualquer projecto de sociedade em África será condenado ao fracasso se não estruturar o seu programa na necessidade de reforçar as possibilidades e potenciar as capacidades das mulheres e dos jovens na economia e no poder.

Além do mais, esta espécie de “Plano Marshall”, não se preocupa com as três questões mais prementes neste momento para as populações africanas: a saúde, a educação e a auto-suficiência alimentar. Sacrifica-se assim, a saúde e bem-estar social dos povos africanos em detrimento da salvação do grande capital transnacional.

“ENTRE O PESSIMISMO DA RAZÃO E O OPTIMISMO

INFELIZMENTE, o fulgor solidário de Maio de 68 que se vivia nos movimentos progressistas ocidentais esmoreceu nos meados da década de 70 e o continente africano viu-se outra vez entregue ao esquecimento.

Curiosamente, e apesar de toda a necessidade de denunciar as dificuldades com que se defronta o continente e a urgência de uma intervenção política radical e transformadora, falar da África hoje em dia, ainda parece quase um exercício de auto flagelação mesmo nos meios políticos mais progressistas. Porque a situação em que está mergulhado este continente é uma afronta a todos os ideais de progresso e de dignidade humana. Se por um lado, é verdade que o continente africano continua tenuamente vivo na memória longínqua das mulheres e dos homens que no Ocidente, de uma maneira ou de outra, se envolveram nas décadas de 50, 60 e 70 na sua independência política, por outro lado, África permanece nas gavetas da insensibilidade e do esquecimento, pior senão do distanciamento político de uma boa parte das forças políticas internacionalistas e progressistas.

É evidente que a situação do continente não está nada animadora. No entanto, como dizia, Thomas Sankara, jovem presidente do Burkina Fasso, o “capitão de Abril” de muitos jovens africanos, o Che Guevara de quase todas as forças

progressistas do continente, assassinado em 87 pelo actual presidente em exercício, seu antigo amigo e companheiro de armas, Blaise Compaoré apoiado pela rede “françafrique” imperialista de Paris, “Nas horas de desalento só vencem os perseverantes”. Esta reflexão traduz por um lado, um pensamento inquieto e a revolta de muitos sectores progressistas africanos face ao calvário infinito que constitui a vida das mulheres e dos homens deste continente mas, por outro lado, revela a força da vontade daqueles que resistem contra o império, porque não se dão por derrotados.

Também o escritor camaronês, Mongo Beti alertava, “A luta e o compromisso político não são um luxo”, é portanto necessário que as mulheres e os homens do continente implicados na luta política para uma alternativa meçam e assumam as suas responsabilidades históricas na necessária transformação social e política.

O sujeito africano terá que protagonizar, perante o fracasso das burguesias e das oligarquias nacionais e face à sua alienação ao império, uma ruptura transformadora das relações de força na disputa pelo poder.

No último Fórum Social Africano de Lusaka em Dezembro de 2004, o activista queniano Oduor Ongwen dizia, com toda

UMA VISÃO ALTERNATIVA

As forças políticas que transportam uma alternativa face à voracidade do imperialismo dos países ricos devem transcender de uma forma clara, a instrumentalização e o discurso paternalista e filantrópico para com África e impor na agenda política internacional um debate franco, aberto e frontal sobre o futuro quase comprometido de uma parte da humanidade.

Em vez da NEPAD, o que é seguramente preciso é um novo plano de parceria emanado de um processo constituinte, democraticamente avaliado e adoptado soberanamente pelas populações africanas.

Porque só assim, é que os dirigentes africanos terão a legitimidade de exigir ao G8 uma parceria de igual para igual. O que significa irremediavelmente e antes de tudo mais, a anulação do fardo da dívida, a implementação de regras comerciais equitativas, o fim do saque e da pilhagem das matérias-primas pelas multinacionais, o fim do sigilo bancário e fiscal acerca das transferências ilegais de capitais africanos para “anónimas” contas astronómicas no império e a devolução dos mesmos ao continente, a interdição da venda e do tráfico de armas no continente, o fim da instrumentalização dos conflitos armados para a simples manutenção de ditadores no poder a mando dos interesses económicos.

Regular o sector privado e os investimentos de forma a favorecer, antes do lucro, o bem-estar das populações – sobretudo dos mais pobres – e o respeito pelo ambiente parecem condições hipotecadas à partidas com este plano.

Este plano em nenhum caso procede a uma política de igualdade de oportunidades e de tratamento entre as várias classes sociais. Pelo contrário, agrava e polariza os fossos da desigualdade social. É um plano, por essência, favorável a um desenvolvimento assimétrico e enviesado, beneficiando apenas as classes dirigentes. Estas classes aplaudem a mercantilização do continente, porque elas são as primeiras a beneficiar em riqueza, prestígio e manutenção do poder.

É por isso que compete à classe trabalhadora e aos movimentos sociais lutar por uma outra África cujo projecto de desenvolvimento não será uma obediência cega aos “diktats” da OMC, do Banco Mundial e do FMI que só acordam a prioridade à mercadoria em detrimento das pessoas.

Rejeitar a NEPAD, significa repudiar esta doutrina político-económica para a qual a inserção do continente na mundialização significa apenas aprofundar a vertente de especulação financeira da sua economia e a mercantilização da prestação do serviço público favorecendo a exclusão social e a miséria de milhões de pessoas.

* Mamadou Ba é dirigente do Bloco de Esquerda mamadou@combate.info
Nuno Milagre é assistente de realização. nunomilagre@combate.info

DA VONTADE, RESISTIR É POSSÍVEL”

a razão que “as motivações da NEPAD estão a mil léguas das aspirações dos povos africanos.” Mas Demba Dembélé do Senegal foi mais longe dizendo que nem sequer era necessário discutir a NEPAD, tendo em conta que tinha o pecado original. Ou seja, “trata-se da criação de condições para vender o continente ao desbarato e a NEPAD mais não é que um *lifting* cosmético para embelezar África afim de a melhor vender às multinacionais”.

Se é verdade que aos africanos e africanas compete dar um sinal que não aquele que os mass media do império dão do continente, porém, não deixa de ser pertinente que um movimento internacional de solidariedade se deva rapidamente pôr em marcha para evitar a destruição maciça de que África está a ser alvo.

Há que contrariar esta onda de “afro-pessimismo” latente que está sustentada pela, agora teoria na moda no seio de “africanistas desiludidos”, a chamada “necropolítica”, a política da morte, onde a cultura do saque, da violência, do massacre e do genocídio são as receitas para a manutenção da vassalagem de uma burguesia local ao império predador.

É certo que o sujeito africano terá que se reapropriar da sua História e reassumir o curso do destino no presente para

gerir o seu futuro, garantindo firmemente o caminho para um desenvolvimento duradouro e sustentado de que carecem milhões de pessoas.

Por isso, haverá que fazer escolhas fundamentais entre as quais, a escolha entre a igualdade e o conservadorismo, entre o progresso na diversidade e o obscurantismo do tribalismo político instrumental, entre a guerra e a paz, entre “socialismo ou barbárie”.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o caminho da libertação e da emancipação de África passará inevitavelmente por um processo revolucionário.

Naturalmente que se começam a esboçar novas formas de resistência à decapitação do continente. É hoje uma realidade, mesmo que timidamente, a incorporação das dificuldades sentidas no continente na agenda política dos movimentos de contestação contra a globalização neoliberal, isso traz consistência e reflecte-se no ainda muito frágil movimento social africano. Até temas, que outrora, eram tratados por alguma elite, tal como a dívida, a ameaça ecológica e a democracia estão agora a ter uma base de discussão popular sem precedentes em África.

MB/NM



V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

NOVOS SUCESSOS, NOVOS DESAFIOS

HUGO DIAS *

FOTOGRAFIA: MARCOS MESQUITA

2005 - REGRESSO A PORTO ALEGRE

Após a realização do 4ª FSM em Mumbai na Índia, o movimento dos Fóruns regressou à cidade que lhe viu dar origem. A Usina do Gasómetro (antiga fábrica convertida em monumento histórico da cidade) foi o centro de operações do denominado Território Social Mundial, que se estendeu por 11 quilómetros ao longo da Orla do rio Guaíba.

Segundo os dados fornecidos pela organização este foi sem dúvida o maior de sempre. Na marcha que marcou o início do Fórum, estiveram presentes mais de 200 mil pessoas. No total foram 155 mil participantes inscritos, 35 mil dos quais integrantes do Acampamento da Juventude e 6823 comunicadores. Cerca de 6872 organizações de 151 países estiveram presentes envolvidas em 2500 actividades, distribuídas pelos 11 espaços temáticos espalhados pelo Território Social Mundial. Estima-se ainda que nos dias de maior movimento (29 e 30) tenham passado pelo Território Social Mundial cerca de 500 mil pessoas.

Continuidade não significa imobilidade. Mumbai representou um momento de mudança na história do Fórum Social mundial. O regresso a Porto Alegre beneficiou disso. O 5º FSM representou portanto uma abertura em muitos aspectos. Fisicamente: ao sair das instalações da PUC (Pontifícia Universidade Católica) e se instalando em tendas à beira do rio, mais próximo de centro da cidade e da população local. A nível geracional: pela colocação do Acampamento da Juventude no centro do Território Social Mundial e não na sua periferia. Em termos de prática política: tendo em consideração questões ambientais na concepção do espaço, recorrendo a pequenos produtores de alimentos, usando software livre, entre outros aspectos.

Ainda, em termos organizativos a prioridade foi dada a iniciativas autogeridas. A nova metodologia adoptada pelo 5º FSM abandonou o modelo de anos anteriores em que pontuavam as grandes Conferências da responsabilidade do Comité Organizador simultaneamente com as workshops propostas pelas organizações. Neste ano todas as actividades realizadas foram da responsabilidade das organizações proponentes sendo auto-geridas por estas.

O programa foi elaborado a partir de um processo amplo de consulta das diversas organizações. Definiram-se assim 11 eixos temáticos, de modo a assegurar a visibilidade a temáticas fundamentais. Todos os movimentos foram convidados a aferir da possibilidade de reagrupar as suas iniciativas, de forma a reforçar o diálogo e a colaboração, num processo denominado de aglutinação.

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL REGRESSOU AO BRASIL E À CIDADE DE PORTO ALEGRE PARA A SUA 5ª EDIÇÃO. DE 26 A 31 DE JANEIRO, PORTO ALEGRE FOI O CENTRO DOS DEBATES PARA TOD@S @S QUE NO MUNDO INTEIRO LUTAM POR UMA GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA E SOLIDÁRIA.

Os temas em debate reflectiram a diversidade das causas e dos movimentos presentes: desde sindicatos, movimentos estudantis, movimentos contra a guerra, ambientalistas, a partidos políticos; desde organizações de direitos humanos, feministas, a organizações LGBT; desde os movimentos indígenas, camponeses, sem terra, até ao movimento Dalit, uma casta de 200 milhões de pessoas discriminada pelo sistema de estratificação social Índiano.

AGENDA DE MOBILIZAÇÕES

O sucesso do 5º FSM implica um esforço permanente de articulação dos movimentos sociais, debate de alternativas e de coordenação das mobilizações. Neste momento as mesmas políticas neoliberais e anti-democráticas estão a ser aplicada pelas instituições internacionais numa escala mundial: de Este a Oeste, de Norte a Sul, somos confrontados com idênticas políticas de desregulação, de privatização, de expansão selvagem do capitalismo, com os mesmos ataques às liberdades políticas e cívicas. Neste cenário urge o reforço de uma frente internacional de resistência e de propostas alternativas.

Apesar de não fazer parte do programa do FSM, a Assembleia dos Movimentos Sociais é um momento importante para a definição de uma agenda de mobilizações conjunta. No dia 31 de Janeiro, sob o lema "Globalizemos a luta, Globalizemos

UM Outro muNDO é POSSÍVEL



Assim o próximo ano será marcado por um conjunto de iniciativas temáticas e regionais descentralizadas, com o objectivo fundamental de realizar em 2007 o FSM em África, um continente tragicamente afectado pelas políticas neoliberais

a esperança” foi aprovado o apelo dos movimentos sociais para a mobilização contra a guerra, o neoliberalismo, a exploração e exclusão por outro mundo possível.

Desta declaração constava, o apelo para a realização de um dia acção global contra a ocupação do Iraque a 19 de Março; o lançamento de uma campanha pelo cancelamento da dívida externa, nomeadamente aos países gravemente afectados pelo Tsunami; apoio às iniciativas da Marcha Mundial de Mulheres que se iniciaram a 8 de Março em S. Paulo finalizando a 17 de Outubro no Burkina Faso; construção de uma rede global de movimentos sociais comprometidos com a defesa dos migrantes, refugiados e deslocados; apoio à luta do povo palestino e dos activistas israelitas pela paz, entre muitas outras reivindicações.

A agenda política será marcada por diversos eventos internacionais dos quais se podem destacar: mobilização contra a cimeira dos G8 de 2 a 8 de Julho; Cimeira dos Povos das Américas na Argentina em Novembro; mobilização a 17 de Novembro, dia internacional dos Estudantes, em defesa da educação pública, contra a privatização e transnacionalização da educação; em Dezembro, mobilização contra a reunião da OMC em Hong Kong.

A Comissão Internacional organizadora do FSM propôs que, em 2006 o FSM seja descentralizado e que o FSM 2007 se realize em África. Esta decisão resulta da perspectiva de tentar alargar e enraizar consistentemente o “movimento dos movimentos” a partes do mundo ainda sub-representadas neste processo. Assim o próximo ano será marcado por um conjunto de iniciativas temáticas e regionais descentralizadas, enquanto que o objectivo fundamental é o da realização em 2007 de um FSM em África, um continente tragicamente afectado pelas políticas neoliberais.

A ESQUERDA E O PODER

O FSM foi marcado pela multiplicação de debates sobre a Esquerda e as questões do poder. Esta situação resulta de vários factores. Em primeiro lugar pelo facto de essa questão se colocar de forma premente no contexto da América Latina. A chegada ao poder via eleições de diversos governos de esquerda suscita acesos debates de análise da sua actuação governativa e de como a esquerda se relaciona com o poder de Estado com vista a projectos de transformação social.

Assim para além dos muitos debates que percorrem todas as edições do Fórum nomeadamente a questão se é possível mudar o mundo sem tomar o poder ou Reforma e revolução, o que se abordou foi fundamentalmente um balanço crítico à governação Lula e discussão de alternativas de esquerda à sua actuação.

Numa realidade política em grande convulsão as diversas críticas de esquerda tiveram presença visível no FSM. Desde o PSTU defendendo a necessidade de rompimento com os movimentos sociais historicamente ligados ao PT, nomeadamente a CUT e a UNE (União nacional de Estudantes) procurando respectivamente a criação da CONLUTAS e da CONLUTE; ao recentemente criado P-SOL (Partido Socialismo e Liberdade) fundado pelos Senadores expulsos do PT, Heloisa Helena, Bábá e Luciana Genro, resultante da saída de muitos militantes do PT; até a tendências de esquerda dentro do PT como a Articulação de Esquerda e Democracia Socialista que lançaram a 1ª versão da carta aos Petistas, documento de crítica à actuação governativa e que procura agrupar à sua volta uma plataforma que dispute as lideranças nacionais e estaduais do PT.

Este cenário de aceso debate e disputa política foi marcado por duas presenças nos dois únicos “grandes” eventos do FSM: a presença de Lula e de Hugo Chavez no Gigantinho. Ambas não passaram despercebidas, mas com reacções de sentido contrário. Se a recepção de Hugo Chavez, presidente da Venezuela foi apoteótica Chavez, a de Luís Inácio Lula da Silva foi tudo menos pacífica.

Em 2003, Lula pouco após a sua eleição discursou ao ar livre no Anfiteatro pôr do Sol perante muitos milhares de activistas entusiastas. No dia 28 de Janeiro de 2005 Lula marcou presença no Gigantinho, um ginásio coberto com capacidade para 12 mil pessoas, sob um grande aparato de segurança: muita polícia e um rigoroso controlo das entradas no espaço com vista a impedir o acesso de “elementos perturbadores”. No exterior alguns milhares de manifestantes, de onde se destacavam membros do P-SOL e PSTU, gritavam palavras de ordem contra a reforma da previdência. Causa para protesto foi ainda o facto de, logo após o seu discurso, ter viajado imediatamente para o Fórum Económico Mundial de Davos onde participou no lançamento de um simbólico plano de combate à pobreza no Mundo.

* Hugo Dias é sociólogo e investigador hugodias@combate.info

NEOCONS À CONQUISTA DO MUNDO

TEXTO DE JOÃO ROMÃO *
ILUSTRAÇÃO DE NUNO NEVES

DURANTE O PRIMEIRO MANDATO DE GEORGE BUSH OCUPARAM POSIÇÕES ESTRATÉGICAS NO GOVERNO. NO SEGUNDO, OS NEOCONSERVADORES AMERICANOS COMEÇAM A ASSUMIR O CONTROLE DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. APARENTEMENTE, A EUROPA NÃO TEM NADA A VER COM ISSO.

A RECOMPOSIÇÃO do governo norte-americano após a reeleição de George Bush trouxe novos protagonismos a alguns dos mais destacados membros do movimento neo-conservador, que marcam posição em importantes organismos de cooperação internacional, muito pouco tempo depois de terem inspirado e liderado a guerra no Iraque.

“Se pudesse alterar o Conselho de Segurança hoje, só ficaria um membro permanente, porque esse é o reflexo real da distribuição do poder no mundo”, dizia há 5 anos, na National Public Radio, o agora nomeado Embaixador dos Estados Unidos na ONU. John Bolton tinha sido sub-secretário de Estado no primeiro governo de Bush e “Renunciar ao Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional foi o momento mais feliz do meu serviço no governo”, declarou em 2002 ao Wall Street Journal. Passados mais três anos, os Estados Unidos continuam a não estar integrados no Tribunal Penal

Uma das tarefas do Banco Mundial será a reconstrução do Iraque, continuando o processo de “intervenção” de Wolfowitz no Médio Oriente: primeiro criou o modelo teórico da “Guerra Preventiva”, depois definiu o alvo, o chamado “Eixo do Mal”, mais tarde dirigiu a intervenção militar a partir do Pentágono e agora lidera a entidade que vai financiar e gerir a reconstrução

Internacional, evitando, entre outras coisas, que esta instituição se pronuncie sobre os crimes de Guerra praticados (e assumidos) pelo exército dos Estados Unidos em Guantanamo após a ocupação do Iraque.

John Bolton foi nos últimos anos um dos colaboradores de Donald Rumsfeld na Defesa dos Estados Unidos e no ataque frontal à Organização das Nações Unidas: “As Nações Unidas não existem. Existe uma comunidade internacional que ocasionalmente pode ser liderada pelo único poder existente no Mundo, os Estados Unidos, quando isso for do nosso interesse”, declarou em 1994 na Global Structures Convention, em Nova Iorque.

DO PENTÁGONO AO BANCO MUNDIAL

Poucos dias depois da nomeação de Bolton, George Bush viria a propor Paul Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial, justificando a escolha com o facto de Wolfowitz estar “envolvido na gestão de uma grande organização, o Pentágono” e de se tratar de “um diplomata experiente, que trabalhou no Departamento de Estado em cargos de alta responsabilidade e foi embaixador na Indonésia”. Wolfowitz, um dos mais relevantes teóricos do movimento neo-conservador, foi também um dos inspiradores da doutrina da “democracia imperial”, que conduziu à guerra do Iraque. Um dos seus mais próximos colaboradores, Zalmay Khalilzad, tinha sido nomeado embaixador dos Estados Unidos no Afeganistão após a instalação das tropas americanas. Khalilzad, nascido no Afeganistão, tem conhecidas ligações a grupos extremistas islâmicos, incluindo os taliban, e foi durante mais de dez anos “analista de risco” no grupo petrolífero Unocal, internacionalmente criticado por negociar com os regimes mais repressivos do Médio Oriente.

O Banco Mundial reúne 184 estados e tem como missão a promoção do desenvolvimento económico global e a redução da pobreza no mundo. Após um encontro com os governadores europeus do Banco, Wolfowitz manifestou a intenção de ter uma equipa multinacional a gerir a instituição: “Tenciono procurar os melhores talentos em todo o mundo. Há grandes talentos aqui na Europa. Há pessoas impressionantes nos países em desenvolvimento e precisarei de toda a ajuda possível”.

Wolfowitz teve a necessária ajuda dos europeus para ser empossado como Presidente do Banco Mundial, apesar da perplexidade generalizada que a sua nomeação causou. Nas

suas edições online, CNN e Al-Jazeera promoveram inquéritos aos cibernautas sobre a adequação da nomeação de Wolfowitz e, em ambos os casos, mais de 80% dos votantes consideraram a escolha errada. Na Europa (que detém 30% dos votos na administração do Banco Mundial, para 16% dos Estados Unidos) prevaleceu o pacto não oficial entre Washington e Bruxelas para que os Estados Unidos indiquem a presidência do Banco e a Europa a do Fundo Monetário Internacional.

Com Wolfowitz na sua recente visita à Europa, onde se confirmou a sua nomeação, Armand De Deckers, Ministro do Desenvolvimento belga, considerou o novo Presidente do Banco Mundial uma pessoa “modesta e prudente, de forma alguma arrogante”, enquanto o Comissário Europeu Olli Rehn declarou que “estava satisfeito com tudo o que ouviu do senhor Wolfowitz sobre livre comércio, redução da pobreza e política de desenvolvimento”.

Uma das tarefas do Banco Mundial será a reconstrução do Iraque, continuando o processo de “intervenção” de Wolfowitz no Médio Oriente: primeiro criou o modelo teórico da “Guerra Preventiva”, depois definiu o alvo, o chamado “Eixo do Mal”, mais tarde programou e dirigiu a intervenção militar a partir do Pentágono e agora lidera a entidade que vai financiar e gerir a reconstrução. Na conhecida opinião de Wolfowitz, “estamos a lidar com um país que pode financiar a sua reconstrução relativamente depressa”.

FUTURE COMBAT SYSTEM

O movimento neo-conservador tinha-se consolidado nos Estados Unidos ao longo dos anos 90 e assumiu grande influência no primeiro governo de Bush, principalmente na área militar. Em 1996, Richard Perle (conselheiro do Pentágono com Wolfowitz), Douglas Feith (sub-secretário da Defesa dos EUA) e David Wurmser (assistente especial de John Bolton) tinham preparado um documento para o governo de Israel (na época liderado pelo Likud) onde se propunha uma “clara ruptura” em relação “às políticas de negociação com os palestinianos e à troca de terras pela paz”, sugerindo-se que “Israel pode alterar o seu enquadramento estratégico através do enfraquecimento e da contenção da Síria” e que “este esforço deve ser orientado para a retirada de Saddam Hussein do poder no Iraque”. [ver Combate de Março de 2003]

Passados quase dez anos, Saddam Hussein foi afastado do poder e capturado para julgamento. O Médio Oriente vive um período de grandes turbulências e transformações, iniciadas,



de resto, com a ocupação do Afeganistão, ainda antes da invasão do Iraque. O assassinato de ex-primeiro ministro do Líbano, Rafik Hariri, fragilizou a Síria, que mantinha presença militar em território libanês. Isolada politicamente (a Embaixada dos EUA em Damasco foi encerrada), a Síria receberia da Rússia a disponibilidade para o fornecimento de mísseis. No Líbano, quinze anos depois da guerra que se prolongou entre 1975 a 1990, Beirute já tinha sido reconstruída e era agora destino de viagem para milhares de turistas árabes. Apesar da presença síria, o Líbano tinha voltado a ser um território de tolerância entre divisões étnicas (drusos, cristãos, xiitas, sunitas) até voltar à instabilidade violenta actual.

A guerra que desencadeou este ambiente no Médio Oriente tinha começado com uma mentira: a da existência de provas de que o regime de Saddam Hussein estava em condições de utilizar “Armas de Destruição Massiva”. Em Março passado, a Comissão Presidencial que analisou os relatórios dos serviços de espionagem aceitou que o governo dos Estados Unidos estivera “totalmente enganado”. Essa Comissão - criada por George Bush no ano passado para avaliar os erros dos serviços de informação - recomendou que haja alterações substanciais nos serviços de espionagem, uma vez que estes erros “continuam a ser comuns” na “avaliação dos programas de armamento” de outros países.

Os novos instrumentos de espionagem internacional que os Estados Unidos pretendem utilizar estão a ser desenvolvidos há mais de dois anos, sob liderança de Donald Rumsfeld, o Secretário da Defesa que criou e dirige a “Linha de Apoio Estratégico”, um serviço de informação independente da CIA na área da “Inteligência Humana”, conceito que permite incluir tarefas como a definição de objectivos em tempo de guerra ou o interrogatório a prisioneiros, até agora executadas em locais como o Afeganistão, Somália, Iémen, Indonésia, Filipinas ou Geórgia.

Aparentemente em vias de se reformar, Rumsfeld parece querer deixar aos neocons, agora devidamente enquadrados nas instâncias internacionais, os instrumentos necessários para uma rápida “democratização imperial” do planeta. Um dos exemplos conhecidos é o FCS (Future Combat System), um sistema que utiliza soldados humanos, robots, veículos armados (pesados e ligeiros) e aviões (alguns dos quais robotizados) ligados por sofisticadas redes de telecomunicações. Este é um dos 70 novos sistemas que Rumsfeld pretende implementar, apesar de o seu custo ser superior a 1,3 biliões de dólares. A despesa com a Defesa cresceu mais de 40% em cinco anos e actualmente os Estados Unidos gastam nessa área mais do que todos os outros países do mundo juntos.

* João Romão é dirigente do BE/Algarve. joaoromao@combate.info

FILIPINAS

A LOUCA AMEAÇA DE ESTALINE

TEXTO DE JOÃO CARLOS *

ILUSTRAÇÃO DE NUNO COSTA



NUMEROSOS REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ASSINARAM O APELO (VER CAIXA), NO ÚLTIMO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM PORTO ALEGRE. PELA PRIMEIRA VEZ, A VIOLÊNCIA EXERCIDA POR UMA ORGANIZAÇÃO DE ESQUERDA, E NÃO A PARTIR DO ESTADO, É CONDENADA EXPLICITAMENTE. A SITUAÇÃO É URGENTE, TANTO MAIS QUE DESDE 1992 QUE O PARTIDO COMUNISTA DA FILIPINAS (PCF) CONDENA E ASSASSINA QUADROS POLÍTICOS DE ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS.

EM 7 DE DEZEMBRO de 2004, a direcção do PCF, faz publicar no seu órgão central, Ang Bayan um “diagrama dos grupos contra-revolucionários” nas Filipinas e das suas supostas ligações internacionais, fornecendo uma lista de 15 nomes entre os quais Walden Bello e Lidy Nacpil, dirigentes das campanhas contra a guerra, a mundialização capitalista e pela anulação da dívida externa. Pela primeira vez, a política de violência e de assassinatos é estendida a todos os grupos políticos progressistas que não pertencem ao bloco pró-PC, qualificados como “inimigos de classe”, invariavelmente “social-democratas” ou “trotskistas”. Até então a direcção estalinista tinha aplicado este esquema aos grupos dissidentes do próprio PC e durante muitos anos as vítimas eram antigos quadros comunistas, membros de organizações revolucionárias clandestinas. Em Janeiro de 2003 é assassinado o primeiro dirigente na legalidade. A ameaça estende-se agora a toda a esquerda filipina e não só à sua ala comunista dividida.

Duas das 15 pessoas indicadas no diagrama do Ang Bayan, foram já assassinadas, as outras correm evidente perigo de vida.

Por outro lado, o facto do presidente do PCF, José Maria Sison, dirigir a Liga Internacional de Luta dos Povos pode significar que este esquema “revolucionário/contra-revolucionário” venha a ser aplicado a nível internacional, no seio de movimentos de massas.

À divergência política tratada como crime é aplicada uma suposta “justiça revolucionária” na qual o único juiz é simultaneamente carrasco e executor. A direcção do PCF, iluminada pela clarividência, fornece aos seus militantes e apoiantes uma lista de alvos a abater, de vidas que não merecem viver por supostos actos de traição e de actividades contra-revolucionárias. A loucura sectária sobe perigosamente de nível quando todas as organizações políticas e sociais do país, fora do campo da sua influência, são transformadas em inimigo. À divergência política corresponde invariavelmente uma pena de morte e uma licença para matar a todos os militantes da enfurecida organização.

Não, não estamos nos anos 20 ou 30 do século passado. Estaline já morreu e poucos defendem o seu nome, mas na Filipinas a esquerda vive o seu pesadelo.

*João Carlos é editor da revista Combate.

joaocarlos@combate.info

DECLARAÇÃO DE URGÊNCIA NO SEIO DO FSM 2005 A PROPÓSITO DAS AMEAÇAS DE VIOLÊNCIA NA RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS

Nos últimos anos um grande número de movimentos e de diferentes organizações convergiram, ultrapassando as suas diferenças, para enfrentarem conjuntamente a mundialização neoliberal. Todavia, estamos muito preocupados pelo facto de haver ainda certos grupos que respondem às divergências políticas com ataques físicos e ameaças de morte. A situação nas Filipinas oferece um exemplo recente: O departamento Internacional do Partido Comunista das Filipinas (PCF) qualificou de “contra-revolucionários” e de “agentes do imperialismo” uma série de pessoas – nomeadamente intelectuais e militantes como Waldem Bello ou Lidy Nacpil – e organizações envolvidas, através de diferentes formas de luta, no combate contra o militarismo e o capitalismo mundializado. Algumas das pessoas nomeadas nesta lista foram já assassinadas e a experiência mostra que ela constitui uma ameaça credível de assassinato.

Consequentemente, nós que estamos reunidos aqui, no seio do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, e outros que pelo mundo, inspirados pelo carácter pluralista e inclusivo deste processo global, não podemos agir como se o problema colocado fosse apenas local, no momento em que a segurança de militantes está em causa. Nos esforços para construir com consistência um movimento internacional de transformações fundamentais, reafirmamos firmemente que a resolução de divergências políticas deverá fazer-se pelo confronto das ideias e pelo diálogo democrático, e nunca por uma política de assassinatos individuais.

Apelamos, no seio dos movimentos pela justiça global, a reafirmarmos este princípio e a exprimir a nossa solidariedade a todos os que são vítimas de tais ameaças.

Assinam, entre outros, Naomi Klein, Susan George, Tariq Ali, Francis Wurtz, João Pedro Stedile e Pierre Rousset



BASTA de mulheres em tribunal

Referendo para mudar de vez a lei do aborto